

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano II - n.º 17 - outubro - 2011

Chegou a hora da aposentadoria. E agora?

Programa desenvolvido pelo Tribunal
auxilia servidores a se prepararem para o
momento da mudança



ESPECIAL

Decisão garante
vaga de taifeiro
a soldado



CIDADANIA

Laranjal do Jari recebe
primeira vara do
interior do Amapá

Parabéns Servidor Público

Num edifício em permanente construção, cada operário tem seu lugar, sua função, seu valor. No projetar o abstrato com traços precisos, no manuseio da massa que une o tijolo, no detalhe da peça final de requinte; nada é pequeno, nada sem mérito! Toda ação singular é um ato ostensivo ao fim de cada grande empreitada.

Neste 28 de outubro, a Presidência do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região agradece a todos os servidores que ajudam a manter essa obra chamada Justiça.

Seu cuidado ao tratar cada feito, sua presteza em conduzir os projetos, sua dedicação sem tamanho no trabalho diário fazem desta Corte um canteiro especial.

Por sua honrosa disposição para servir,

Muito Obrigado!

Desembargador federal Olindo Menezes
Presidente



Quase 22 milhões de pessoas! Esse é o tamanho da população brasileira acima dos 60 anos de idade. Uma fatia que cresce num ritmo tão acelerado que, segundo estimativas, pode colocar o Brasil entre os seis países do mundo com mais idosos, daqui a 13 anos. Todo esse contingente, prestes a se aposentar, é uma preocupação para o governo, que precisa apertar o cinto para não extrapolar os gastos com previdência. Se de um lado, o crescimento da população idosa acende a luz de alerta das contas públicas, de outro representa outra inquietação, esta relacionada aos próprios indivíduos: como se preparar para a aposentadoria? O que fazer nos longos anos seguintes?

Nesta edição você vai conhecer programas de grandes empresas e do Tribunal para nortear quem está a um passo de pendurar a chuteira. Há 12 anos, a Secretaria de Recursos Humanos (Secre) mobiliza-se nesse sentido e lançou, em abril, o grupo piloto do Programa de Orientação para Aposentadoria. Você vai saber como servidores estão encarando essa fase crucial da vida. Voltar a escola, iniciar uma nova carreira ou uma atividade alternativa são algumas dicas de especialistas para vencer o fantasma da improdutividade e manter ativos os projetos e a vida social.

Na editoria Direto da Rede, a Primeira Região em Revista apresenta os avanços do chamado "Direito Digital", aplicado aos entraves judiciais que têm como pano de fundo a rede mundial de computadores. Enquanto o Brasil ainda patina em projetos de lei pertinentes ao mundo virtual, magistrados usam, por analogia, um conjunto de dispositivos legais já existentes na interpretação de cada caso específico relacionado ao ambiente on-line. É o Direito flexibilizando-se para acompanhar as mudanças comportamental, econômica e social de uma população cada vez mais conectada.

Para você ficar Por Dentro da Lei, detalhamos o "subsídio" incluído no Projeto de Lei 2.199/2011 e o que ele pode trazer de mudança na remuneração dos servidores do Poder Judiciário, caso seja aprovada a proposta do novo plano de carreira, atrelada ao PL do Judiciário, em tramitação no Congresso Nacional.

Também trazemos um resumo do que foi discutido na oitava edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (FONAJEF), no Rio de Janeiro. Prova técnica, princípio da oralidade, uniformização e conciliação são alguns dos principais temas debatidos no evento. As discussões podem resultar em súmulas que melhoram as atividades dos juizados e beneficiam jurisdicionados de todo o país.

Você vai acompanhar, ainda, a instalação da nova Subseção Judiciária de Laranjal do Jari, em continuidade ao programa de implantação de 94 novas varas na 1.ª Região. A presença da Justiça Federal no município amapaense representa dignidade para uma população de 52 mil pessoas, que antes só poderia demandar com a União após vencer 274 km de estrada de chão até chegar à capital Macapá.

A Primeira Região em Revista também destaca a 3.ª Reunião Avaliativa de Gestão do Tribunal, que, pela primeira vez, contou com a presença dos diretores de foro de todas as seções judiciárias da 1.ª Região: um encontro marcado pela troca de experiências entre magistrados de seccionais distintas entre si mas que enfrentam, diariamente, inúmeros desafios em comum.

Aproveite a leitura!

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSULETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Sônia Martins

Estagiários

Bruno Bandeira, Fernanda Medeiros, Jaqueline Mendes, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Editoração

Sérgio Farage

Fotos

Euvaldo Pinho, Luiz Xavier, Mauro Putini, Ramon Pereira, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos

Gráfica e Editora Movimento Ltda

Impressão

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

IMAGEM: INTERNET



12 Capa

Você está preparado para a aposentadoria?

Acesse www.trf1.jus.br

Portal do TRF1

e-Cint
Sistema de Citação e Intimação Eletrônica

Consulta Processual
Consulta processual da Primeira Região

e-Proc
Sistema de Peticionamento Eletrônico

Acesse

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



MAURO PULINI

38 Paineis

Semana de atividades marca comemoração do Dia do Servidor



EUVALDO PINHO

54 Por aí

Nos desafios da Transamazônica



IMAGEM: INTERNET

62 Saúde

O vício dos games: falta de controle pode trazer consequências graves

6 Entrevista

Ruth Vaz fala da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região (Unicorp) e de ações e projetos desenvolvidos pela Secre

24 Direto da rede

Direito Digital – Rápido avanço da tecnologia traz consequências para os cidadãos

34 Reunião Avaliativa

Diretores de foro participam de reunião avaliativa da atual gestão do TRF da 1.ª Região

46 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

52 Artigo

Princípios e retorno do pêndulo: crítica ao neoconstitucionalismo
Por Ruy Samuel Espíndola (I Jornada de Ciências Sociais da Esmaf)

58 Comportamento

Celebração: Dia do Servidor Público
Por Shirley Pontes



A Secretária de Recursos Humanos do Tribunal, Ruth Vaz, vê na educação a distância estratégia viável para construir e disseminar a inteligência corporativa na Primeira Região

IVANI MORAIS / MARCELA CORREIA

“Proporcionar aprendizagem continuada e educação corporativa para a qualificação e o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e colaboradores da Justiça Federal da Primeira Região”. Esta é a missão da Universidade Corporativa (UniCorp), um projeto desenvolvido pela Secretaria de Recursos Humanos/Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região para a capacitação continuada do corpo funcional do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas.

A UniCorp é exemplo de projeto bem-sucedido. Desde seu lançamento, em 2007, inúmeros servidores foram capacitados. E o reconhecimento foi consolidado com o segundo lugar no Prêmio Nacional de Educação Corporativa do Judiciário, na categoria Ensino a Distância.

Mas não é só isso. A Secretaria de Recursos Humanos do TRF da 1.ª Região tem feito um excelente trabalho quando o assunto é a valorização do servidor. Prova disso é o Programa Qualidade de Vida, o “Vida Legal”, que tem proporcionado aos servidores programas voltados não só para a vida funcional, mas, também, para a vida pessoal.

Sobre a UniCorp e outros programas de valorização dos servidores, a diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Ruth Vaz, conversou com a nossa equipe. Nas próximas páginas você vai saber detalhes de alguns dos projetos desenvolvidos pela Secre a seu favor. Não perca!

“ O trabalho da Secretaria de Recursos Humanos é pautado na valorização do servidor e em uma gestão participativa ”

Em setembro, o projeto “Unicorp em Videoconferência” concorreu ao Prêmio Nacional de Educação Corporativa do Judiciário na categoria Ensino a Distância e ficou em segundo lugar. O que representou esta indicação para o Tribunal?

O prêmio recebido ratifica nossa crença na importância das ações de educação continuada que, no planejamento de suas atividades, priorizam eventos que proporcionem a melhoria tanto no desempenho do ofício diário dos colaboradores quanto na contribuição do alcance das estratégias traçadas pela instituição em seu planejamento estratégico.

A premiação também sinaliza que estamos no caminho certo ao empregar, cada vez mais frequentemente, ferramentas tecnológicas como a videoconferência nas atividades educacionais promovidas pela UniCorp. A grande extensão territorial da Justiça Federal da Primeira Região impõe tal realidade e, dessa forma, a opção pela educação a distância se torna uma ação estratégica para a construção e a disseminação da inteligência corporativa da Justiça Federal da Primeira Região.

Esse reconhecimento serviu para estimular toda a equipe da Secretaria de Recursos Humanos/Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos e das seções de desenvolvimento e avaliação de recursos humanos das seccionais, bem como para fortalecer a imagem do TRF/ 1.ª Região em âmbito nacional.

A iniciativa já capacitou inúmeras pessoas desde março do corrente ano. Esse número corresponde à

expectativa prevista, considerando o extenso quadro de pessoal da Primeira Região?

No decorrer deste ano de 2011 tivemos mais de 3.100 participações no projeto “UniCorp em Videoconferência”. O número de participações nos 14 eventos promovidos pelo projeto foi elevado, mas está dentro de nossa expectativa, pois as Terças Gerenciais, que compõem o referido projeto, por exemplo, surgiram para atender uma exigência da Lei n.º 11.416/2006, a qual determina que os respectivos órgãos do Poder Judiciário sejam responsáveis por oferecer, a cada dois anos, cursos de desenvolvimento gerencial aos titulares de funções comissionadas. Isso significa que os ocupantes de função gerencial devem se capacitar a cada dois anos. É uma determinação legal.

Assim, o projeto “UniCorp em Videoconferência” surgiu como uma necessidade de atender à referida lei com um diferencial: proporcionar a capacitação obrigatória não só para os gestores do Tribunal, mas também para todos da Primeira Região. A iniciativa possibilitou a realização de uma atividade uniforme e única para a nossa Região, priorizando a otimização dos processos de trabalho.

E exatamente pelo fato de o projeto ter sido idealizado para atender todo o corpo funcional da Primeira Região, a nossa expectativa era de que houvesse um número grande de participações. Mesmo sabendo que o projeto necessita de alguns ajustes, o número de participantes nos enche de contentamento, pois sinaliza que estamos no caminho certo.

A título de curiosidade, a “UniCorp em Videoconferência” foi coordenada pelo Tribunal. No entanto, as seccio-

nais assumiram a responsabilidade de organizar um evento presencial em seu respectivo órgão, que seria transmitido às demais seções e subseções judiciárias por meio de videoconferência. Com o calendário do projeto definido e aprovado por todos, a primeira palestra foi oferecida no dia 15 de março de 2011, pela Seção Judiciária da Bahia.

A Secre encontra limitações para promover ações de capacitação? Quais?

Hoje, o maior desafio da Secretaria está relacionado à estrutura. A UniCorp tem como missão proporcionar aprendizagem continuada e educação corporativa para a qualificação e o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e colaboradores da Justiça Federal da Primeira Região. Atualmente, estamos diante de um novo modelo de gestão, no qual deixamos de ser uma área de treinamento e nos tornamos uma unidade que trabalha com educação corporativa. Essa realidade nos impôs uma nova sistemática de trabalho. Sendo assim, o grande desafio tem sido adequar a estrutura existente ao novo modelo.

Outro grande desafio está na amplitude geográfica da Justiça Federal da Primeira Região, que é a sua característica mais marcante. Dessa forma, fica evidente que a eficiência da capacitação do corpo funcional exige o desenvolvimento e a implantação de ações educativas com alcance capilarizado, capazes de atingir não somente os grandes centros urbanos, mas também as subseções mais longínquas.

De toda forma, mesmo diante das dificuldades, a UniCorp busca desenvolver com excelência o seu papel na promoção de eventos de educação continuada e na quali-



MARCELA FOLZER

ficação pessoal e profissional de seus servidores e demais colaboradores. O apoio da Presidência e da Diretoria-Geral, bem como o envolvimento e o comprometimento da equipe da UniCorp, foram aspectos fundamentais para as conquistas alcançadas.

Como essas ações são planejadas, tendo em vista a heterogeneidade da clientela da Primeira Região? Existe parceria da Secre com os núcleos de RH das seccionais para eventos de capacitação?

O trabalho da Secretaria de Recursos Humanos é pautado na valorização do servidor e em uma gestão participativa. Ao longo do ano de 2010, diversas atividades de integração, de troca de experiências e de planejamento em conjunto foram realizadas entre as áreas de desenvolvimento de RH do Tribunal e das seccionais. O marco dessa parceria ocorreu em outubro do ano passado, em Brasília, com a realização do 1.º Encontro dessas áreas. Porém, desde maio de 2010, reuniões entre tais setores ocorreram mensalmente por meio de videoconferência.

Essas ações de integração possibilitaram o planejamento de eventos educacionais em conjunto, levando-se em consideração as necessidades comuns de toda a Primeira

Região e o atingimento das metas de seu planejamento estratégico. Esclareço que, no decorrer do processo de trabalho, a autonomia e a peculiaridade de cada uma das unidades envolvidas foram observadas e respeitadas.

Como já foi dito anteriormente, a grande extensão geográfica da Primeira Região e a sua heterogeneidade são fatores críticos na implantação de uma educação corporativa que tem como pilar a aprendizagem continuada. Contudo, quando nos aproximamos de cada seccional e conhecemos a sua realidade, percebemos que existem necessidades semelhantes acerca do aprimoramento profissional e pessoal de servidores e demais colaboradores. E baseado nessa necessidade comum a todos, o trabalho coletivo é construído e consolidado.

O mapa estratégico da Justiça Federal também é outro norte para o planejamento das atividades, tendo em vista que ele é único para toda a Região.

Lembro que a integração das áreas de desenvolvimento de recursos humanos não está restrita apenas à fase de planejamento, mas também a de execução. Destaco como exemplo de sucesso dessa parceria o Programa de Desenvolvimento dos Diretores de Secretaria de Vara, idealizado

pelo presidente do Tribunal. O conteúdo do programa foi delineado por todos, mas a coordenação geral do 1.º módulo ficou a cargo do polo de Minas Gerais, que contou com o apoio deste Tribunal e a colaboração das seccionais do Piauí, da Bahia e do Distrito Federal.

Ainda em relação à parceria, destaco o projeto “Aprimo-raRH”, da Secre/Direh, que visa fortalecer tecnicamente as áreas de recursos humanos de toda a Primeira Região.

O slogan da Unicorp personifica e reforça o processo colaborativo e participativo de toda a Primeira Região, onde as ações desenvolvidas são pautadas. “É da Primeira! É de todos!” traduz a valorização do trabalho coletivo destinado a todos.

Recentemente a Secretaria lançou um Guia de Boas-Vindas para os servidores empossados. A cartilha reúne informações sobre o Tribunal e outras de interesse do servidor como, por exemplo, o programa de assistência aos magistrados e servidores (Pro-Social). Qual tem sido o retorno dessa proposta especialmente em relação aos servidores que atuam nas novas varas federais do interior?

O Guia de Boas-Vindas à Justiça Federal da Primeira Região integra a política de gestão de pessoas adotada pela Secretaria de Recursos Humanos que visa acolher e valorizar o servidor do início ao final de sua carreira.

Ele foi idealizado juntamente com o curso virtual de ambientação para que o novo servidor pudesse se sentir recepcionado com atenção em seu ambiente de trabalho, visto que se trata de uma ação destinada, pre-



MARCIA FOLZER

ferencialmente, a ele.

Por esse motivo, o guia tem sido um grande sucesso. E felizmente temos recebido retornos positivos de diversos servidores tanto de varas do interior quanto dos grandes centros. O acesso rápido e fácil às principais informações da Justiça Federal da Primeira Região faz do guia uma excelente ferramenta de ambientação aos recém-ingressos à Justiça Federal da Primeira Região.

A qualidade de vida do servidor no trabalho tem sido alvo de investimento e preocupação das instituições públicas. No TRF, o tema motivou, entre outros, a realização do Curso de Educação Financeira não somente para os servidores, mas também para seus dependentes. Que efeito você observa na vida dos servidores depois desses eventos?

O Programa de Educação Financeira do Tribunal consiste em disponibilizar informações neutras e abrangentes sobre gestão financeira pessoal; proporcionar o desenvolvimento de habilidades sobre o assunto; demonstrar como o dinheiro influencia nossas vidas e alertar para a contribuição e a interferência do aspecto emocional do indivíduo em sua vida financeira.

Nas duas turmas do curso, a equipe percebeu uma conscientização quanto à necessidade da promoção de mudanças de hábitos e atitudes em relação ao gerenciamento das finanças pessoais, aspecto fundamental para a promoção e preservação da saúde integral.

Oportunizar momentos de reflexão tem sido um dos pilares das ações do Programa de Qualidade de Vida, o Vida

Legal. O programa de educação financeira proporciona a tomada de consciência que possibilita a transformação de hábitos e atitudes, contribuindo para o aprimoramento pessoal do indivíduo. Tal transformação pode trazer também benefícios para a instituição, visto que um servidor com vida financeira saudável possui melhores condições emocionais para desempenhar as suas atividades laborais.

Outro aspecto relevante abordado pelo programa é o consumo consciente, que visa despertar nossa reflexão para a importância de um consumo sustentável, no qual a natureza deve ser levada em consideração no momento da compra.

Um sarau de talentos com servidores da Casa encerrou a semana de atividades comemorativas ao Dia do Servidor Público. Os servidores estão motivados para participar desse tipo de evento?

Faz parte da Política de Valorização do Servidor lançar mão dos talentos de servidores como uma proposta de estímulo ao seu desenvolvimento integral, bem como oportunizar o compartilhamento de habilidades e potencialidades múltiplas no ambiente de trabalho. Os servidores e colaboradores que participaram do sarau comemorativo do Dia do Servidor Público puderam compartilhar outras habilidades e foram prestigiados e reconhecidos pela Casa.

Acreditamos sim que exista motivação para participação nesses eventos, seja como expectador ou como protagonista. No entanto, desejamos ampliar cada vez mais o número de envolvidos e, para isso, é fundamental fortalecer o Banco de Talentos do Programa Vida Legal. ■

//

A Secretaria de Recursos Humanos visa acolher e valorizar o servidor do início ao final de sua carreira

//



Aposentadoria - um caminho para a autorrealização

A APOSENTADORIA, QUE JÁ FOI SINÔNIMO DE FÉRIAS ETERNAS, É VISTA HOJE COMO NOVA ETAPA DE VIDA, QUE COMPORTA PRAZER, TRABALHO E SENTIMENTO DE UTILIDADE SOCIAL

▼ MARTHA HORMANN

O momento da aposentadoria, tradicionalmente aguardado como “férias permanentes”, passou a ser motivo de preocupação para muita gente.

Com o aumento da longevidade, o brasileiro tem agora a expectativa de passar dos 70 anos de idade. Segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país já conta com 21,7 milhões de pessoas acima de 60 anos e a projeção é de que chegue ao 6.º lugar no ranking de população idosa do mundo, até 2025.

Por isso, quando chega a hora de se aposentar, o profissional ainda tem pela frente 20 a 30 anos de vida e, muitas vezes, nenhum projeto para essa fase. Cecília Shibuya, vice-presidente da Associação Brasileira para a Qualidade de Vida e uma das criadoras do conceito conhecido como PPA - Programa de Preparação para a Aposentadoria - no Brasil, conta que a perspectiva de “pendurar a chuteira” tem causado ressentimento principalmente pela perda da identidade institucional e do poder que ela confere. De fato, muitos passam mais tempo no ambiente de trabalho do que em casa, chegando a dedicar-se exclusivamente às atividades laborais, deixando de lado a vida social, as atividades de lazer e projetos para o futuro. Por isso, na hora de deixar o emprego, vem o sentimento de perda de referência,

a insegurança, a dúvida, e os fantasmas da improdutividade e da solidão. Muitas pessoas sentem-se ainda cheias de energia e temem o ócio, pois a ideia da aposentadoria traz à mente a figura do pijama de uso diurno. Para Cecília, “muitas vezes, o papel profissional se sobrepõe aos outros, e as pessoas vão deixando para o futuro - para quando se aposentarem - a construção de um projeto de vida”.

Shibuya entende que é importante que, nessa hora, a empresa dê a mão aos que ajudaram a construí-la, pois “pessoas magoadas, despreparadas, acabam por aumentar o índice de sinistralidade e problemas sociais como alcoolismo e a dependência de jogos, etc.; e certamente não repassam know-how”. Além disso, alerta que a empresa potencializa a capacidade de atrair nova mão de obra ao demonstrar aos mais jovens que valoriza seus recursos humanos. Portanto, diz ela, “todos ganham com a implantação da preparação para aposentadoria - a empresa, o colaborador, a família e a sociedade”.

O diretor-presidente da Fundação ANFIP, Floriano Martins Sá Neto, que está iniciando o Programa na Receita Federal, afirma que além das necessidades de cunho humanitário de que se revestem essas ações, há outros fatores que precisam ser levados em conta quando se pensa no



Curso de preparação para aposentadoria

serviço público. “Durante o governo Fernando Henrique, praticamente não houve concursos e os quase cem mil servidores selecionados e empossados durante o governo Lula não foram suficientes para preencher os quadros. Estamos praticamente com o mesmo contingente de recursos humanos de dez anos atrás e isso não se recupera da noite para o dia”. Ainda segundo ele, o número de servidores aptos a se aposentarem nos próximos dois a cinco anos é alarmante e há interesse do Governo em manter na atividade o maior número de servidores possível, através de incentivos como o abono de permanência e outros a serem criados.

Para Floriano, entretanto, “Se não ficarem no serviço público, é fundamental que essas pessoas tenham atividades que signifiquem uma contribuição para com a sociedade, já que são muito experientes e, em muitos casos, ainda são jovens o suficiente para continuar produzindo. Afinal, a inatividade não faz bem a ninguém, mas muitos se esquecem disso e se aposentam sem nenhuma perspectiva em vista”.

Por tudo isso, a necessidade de preparação para a aposentadoria passou a ser vista como uma realidade. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) determina que o Poder Público crie e estimule programas de “preparação dos trabalhadores

para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania”. A Lei 8.842/94, que cria o Conselho Nacional do Idoso também prescreve que cabe aos órgãos e entidades públicos “criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento”.

A ideia é desmistificar essa passagem, auxiliando na retomada dos laços afetivos fora do ambiente corporativo e estimulando reflexões sobre novas possibilidades, tais como iniciar um negócio próprio ou qualquer outra atividade de interesse do futuro aposentado. Voltar à escola e preparar-se para uma nova carreira ou aderir a algum trabalho assistencial também são possibilidades bem vistas, todas com o objetivo de facilitar a adaptação à nova realidade.

Na prática - Várias empresas e órgãos públicos têm trabalhado na implantação de programas para quem está em vias de se aposentar. Na Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), as primeiras iniciativas tiveram lugar em 2004, com uma resolução da diretoria que determinava o início do projeto. A assistente social Karina



Maura Gomes de Carvalho

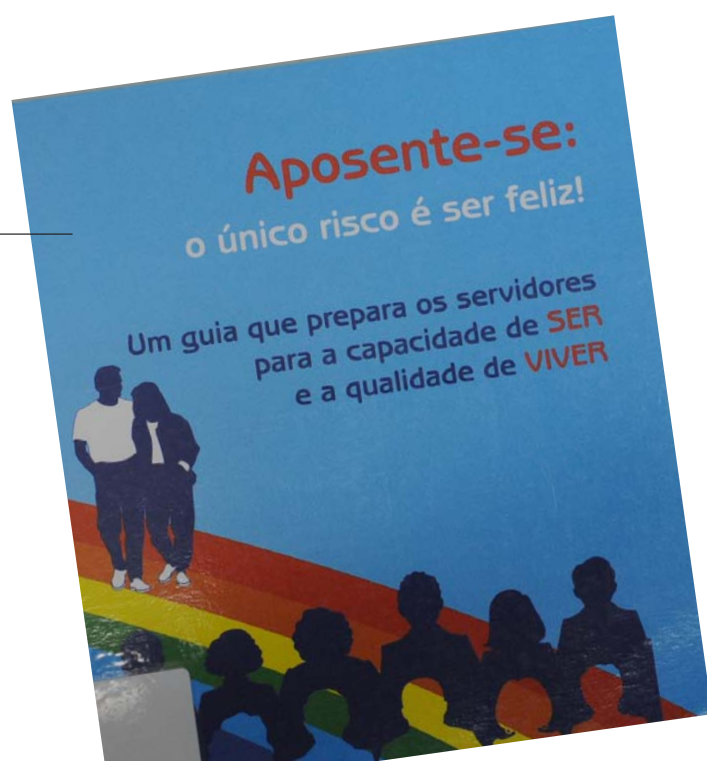
Miranda, coordenadora substituta do Programa, conta que “foi realizada uma pesquisa entre os empregados maiores de 50 anos para saber quais eram as dúvidas e necessidades e, a partir daí, um programa-piloto, com 8 encontros e duração de dois anos, teve início em 2008”. Em 2011, a empresa lançou um Plano de Demissão Voluntária (PDV), que condicionou a adesão dos empregados à participação em curso de preparação para aposentadoria. Uma nova versão, mais compacta, foi criada para atender à demanda que surgia. Segundo Kariana, “Há planos de montar outras turmas em 2012, mesmo porque o PDV só será encerrado em 2013”.

A Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) também tem experiência no assunto. Desde 1985, oferece a seus empregados o Programa Escolhas, atualmente “alcançando o trabalhador desde o seu ingresso na empresa, despertando-o para mudanças de atitudes ainda no decorrer da sua vida ativa, estimulando-o a planejar a vida pessoal, familiar e profissional, tendo em vista a sua aposentadoria e pós-carreira com qualidade”, conta a responsável, Leila Lopes Ângelo. O Programa abrange os temas “Desenvolvimento Pessoal”, “Relacionamento no Ambiente de Trabalho”, “Educação Financeira”, “Aposentadoria e Pós-Carreira”.

Leila destaca que “desta forma, os empregados percebem a relação entre os diferentes focos para o alcance de um objetivo comum, que é o de facilitar o desenvolvimento do indivíduo para que ele possa atuar de forma mais consciente e autônoma na sua vida pessoal, profissional e pós-carreira” e acrescenta que o programa tem tido grande adesão dos empregados e o apoio dos gestores para a realização das atividades a ele relacionadas.

No Tribunal – No TRF/ 1.ª Região, que já conta com 792 aposentados, a preocupação com a angústia da transição também é antiga. Desde 1999, servidores da Secretaria de Recursos Humanos (Secre) e do Programa de Assistência dos Magistrados e Servidores do TRF da 1.ª Região (Pro-Social) têm se mobilizado para prestar ajuda aos demais servidores da Corte no momento da mudança. A analista judiciária Maura Gomes de Carvalho conta que nesse tempo participou da implantação do Projeto Viva Melhor, para congregar os servidores que já tinham deixado o Tribunal. “Em 2003, esse grupo, em conjunto com a Secre e sua Divisão de Benefícios (Diben), sob a coordenação de Ruth Vaz, que estava à frente do Programa de Gestão de Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT), lançou a publicação Aposente-se: o único risco é ser feliz, um guia para os servidores que estão prestes a se aposentar”, narra.

Maura, que atualmente trabalha na Secre, pretende aposentar-se no início de 2012, e este ano está participando do curso-piloto de preparação para aposentadoria realizado pelo Tribunal, por iniciativa do Programa de Qualidade de Vida do TRF, Vida Legal. Ela diz que, em função de



suas atividades profissionais, já estudou muito o assunto e sente-se preparada para a próxima etapa, mas acha que é importante que as pessoas façam o curso. “O lado emocional é o que mais pega, porque as pessoas têm medo de não encontrarem um caminho”, afirma.

Mas Maura, que foi a primeira mulher Rotaryana de Sobradinho, sempre esteve envolvida com ações filantrópicas e pretende continuar nessas atividades. Segundo ela, “a instituição presta serviços sociais comunitários em diversos países e fazer parte do Rotary Club abre portas em todo lugar do mundo. Além disso, conhecemos muitas pessoas e o trabalho é super envolvente. Faz bem para os outros e para a gente também”.

E ela não fica só nisso. Nova moradora de um condomínio de Brasília, ainda não se ambientou à igreja local, mas planeja contribuir com a paróquia, uma vez que tem experiência como palestrante em grupos de jovens, cursos de noivos e outros. E, animada, Maura muda de assunto: “a diretora do posto de saúde da região já entrou em contato comigo e estamos planejando muito trabalho em conjunto com o síndico do condomínio, porque o posto precisa deixar de ser visto como alternativa somente para a população carente. Ele está equipado para prestar muitos serviços a toda a comunidade. Vamos intensificar as atividades de Tai Chi Chuan, meditação, o atendimento a gestantes e outros mais”.

Pelo visto, trabalho não vai faltar. A única exigência de Maura é não ser mais “escrava de horários rígidos”, pois além de trabalhar, ela pretende dedicar-se mais à família e continuar com a atividade física preferida: as caminhadas diárias. “O mais importante é a gente não se isolar”, finaliza.

Maria do Rosário Monteiro, que fez o primeiro concurso do TRF/ 1.ª Região, em 1989, ocupou o cargo de técnico judiciário no Tribunal durante quatro anos no gabinete do então magistrado Anselmo Santiago. “Naquele tempo, não tinha essa preparação antes da aposentadoria. Quando chegou a hora, fiquei muito ansiosa, sem saber o que fazer com o tempo livre”, diz ela. Rosário deixou o serviço público em 1994 e partiu em busca de novos caminhos - morou nos Estados Unidos durante um ano e meio, fez diversos cursos, mas não se sentia feliz. A partir de 1999, passou a dedicar-se a atividades voluntárias e conta que “ajudar o próximo traz grande satisfação espiritual”. Ela foi também coordenadora regional do Distrito Federal de dança sênior, modalidade de exercício com coreografias próprias para idosos, com o objetivo de os auxiliar a superar limites físicos

e até problemas de memória. A dança tem também uma função social, pois é realizada em grupo. Hoje, Rosário é dirigente do grupo que atende os moradores carentes de Ceilândia e diz: “vivo bastante ocupada, porque além de dirigir a atividade, treino futuros dirigentes e ainda cuido dos meus pais, que vieram morar comigo. Então, quase já não tenho tempo outra vez”. E ela alerta: “é muito importante planejar a vida pós-aposentadoria. Não dá para viver sem uma atividade”.

Tudo indica que Rosário não está sozinha ao fazer esta afirmação.

O analista judiciário Francisco das Chagas Moreira aposentou-se em março deste ano, depois de 38 anos de trabalho. Chegou ao Tribunal em 1990, poucos meses após sua mulher, Maria das Graças Bezerra Moreira. Ela, que também é analista judiciária, veio do STJ para ajudar a instalar as secretarias de turmas, onde foi diretora por muitos anos. Graça aposentou-se poucos dias antes do marido.

MAURO PUTINI



Maria do Rosário Monteiro

Chiquinho, como é mais conhecido, conta que “a vida de aposentado é muito corrida. Agora fazemos exercícios com mais frequência, aproveitamos mais a companhia da família e vamos juntos a todos os lugares”. Ele conta que o que mais gosta é de ter liberdade de horários para suas atividades e de estar sempre ao lado da mulher, que “é a razão da minha vida”. Perguntado sobre a redução salarial, diz que não considera que tenha havido perda, pois só deixou de receber o ticket-alimentação, a função e o abono de permanência, que se destinam apenas a servidores ativos. Mas lembra que “agora não usamos roupas tão formais, que são mais caras e pagamos INSS menor - apenas sobre o que ultrapassa R\$ 3.691,00 (valor da aposentadoria mais alta paga aos celetistas). Além disso, viajamos sempre fora de temporada, com ótimas promoções. Então, as perdas são compensadas”.

Graça conta também que, embora não tenham participado do curso de preparação, o qual ainda não existia quando saíram do Tribunal, os dois já vinham pensando muito no assunto e decidiram ficar de férias por um ano antes de fazer alguns cursos de reciclagem e voltar a trabalhar. E conclui: “além de advogar, vamos fazer trabalhos voluntários junto à população carente”.

Há quem se aposente e continue sendo útil no mesmo ambiente, repassando os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo de trabalho formal. É o caso de Francisco Lima de Souza, técnico judiciário do STJ que veio para o TRF em 1989, a convite do então diretor geral, Jair Ferreira da Cunha. Lima foi diretor da Divisão de Cadastro (Dicap) e, junto com Fernando Melo Júnior (atual diretor da Divisão) deu posse a inúmeros servidores, muitos dos quais ainda estão na ativa. Por isso, quando se refere ao Tribunal, Lima diz: “isso aqui é minha casa, conheço quase todo mundo”. Depois de passar pela Dicap, foi lotado na Diretoria de Comunicações Administrativas, onde ficou até junho de 96, quando se aposentou. Mesmo assim permaneceu no Tribunal, sem vínculo, até 2002.

Francisco Lima conta que nunca se imaginou inativo e que, quando decidiu se desligar definitivamente do TRF, em 2002, combinou com o filho, advogado, que iria ajudá-lo no escritório. Nesse ponto ele lembra: “É muito importante planejar o que se vai fazer depois da aposentadoria, porque ficar à toa causa depressão. Não faz bem a ninguém”. Hoje ele é também vice-presidente da Associação dos Servidores Aposentados do Poder Judiciário da União (Asajus) e tem

uma agenda cheia de compromissos para ajudar os associados na defesa de seus direitos. Ele conta: “aposentados do país inteiro ligam para nós – gente do Acre, do Piauí, de lugares onde é difícil encontrar informações, e nós vamos buscar o que eles precisam. Se ficamos sabendo de mais alguma coisa, mais algum benefício, tomamos a iniciativa e entramos em contato para avisar”.

Lima dá muito valor à liberdade de horário que adquiriu depois de se aposentar: “às segundas-feiras não trabalho, e nos outros dias vou à tarde. Pela manhã faço minhas caminhadas”. Essa rotina, segundo conta, o faz sentir-se útil, jovem e atualizado. Vida social? Lima alimenta amizades conquistadas no STJ, no TRF da 1.ª Região e tem amigos músicos – ele toca afoxé nas reuniões em sua casa e nas dos amigos, onde sempre se ouve muito samba. Gosta também de viajar e não deixa de visitar sua cidade natal – Fortaleza – pelo menos 4 ou 5 vezes por ano.

Sobre quando pretende deixar de trabalhar, responde: “um dia...” e quem ouve sabe que, na verdade, ele nem pensa nisso.

O futuro do Programa no Tribunal - Sabendo que nos próximos anos um grande número de servidores vai requerer aposentadoria na Primeira Região, a Secre criou o grupo-piloto de preparação, que teve início em abril e deve



Programa de Orientação para aposentadoria no TRF/ 1.ª Região

Em abril de 2011, por iniciativa da Secretaria de Recursos Humanos, por intermédio da Direh/Equipe de Qualidade de Vida, teve início o grupo piloto do Programa de Orientação para Aposentadoria no Tribunal. A maior parte dos encontros tem sido conduzida pela consultora Cecília Shibuya, assistente social, especialista em gestão empresarial, qualidade de vida e programas pós-carreira. Os encontros temáticos e interativos são intercalados com apresentação de palestras, oficina e paradas reflexivas do grupo.

O Programa, com final previsto para fevereiro de 2012, é constituído pelos temas:

“Vida e carreira: um mundo de possibilidades”

– Na palestra inaugural, foi oferecida uma visão do que aguarda o futuro aposentado e das possibilidades para reorientar a vida. Cecília Shibuya destacou a importância de se preparar para a nova fase, programando um estilo de vida saudável.

“Caminhos a percorrer – circuito legal sobre questões de direito” – Os diretores da Divisão de Legislação de Pessoal (Dilep) e da Divisão de Pagamento (Dipag) expuseram ao grupo os tipos de aposentadoria existentes, os direitos previstos pela legislação em vigor e falaram, também, das alterações financeiras que a nova situação traz.

“Tranquilidade programada – segurança financeira” – O tema foi tratado em 2 módulos. Cecília Shibuya e Vital Fagundes, economista do Banco Central, conversaram com os participantes sobre a relação com o dinheiro, a gestão de recursos pessoais e orçamento familiar e, ainda, sobre os tipos de investimento que o mercado financeiro oferece.

“Vida longa com saúde” – O médico geriatra Renato Maia palestrou sobre o tema “Segredos da Longevidade”. Lembrou que, com o aumento da expectativa de vida, é necessário mudar conceitos e hábitos para que se consiga atingir maior qualidade de vida. Além de questões de saúde física, Maia apontou outras, de natureza emocional e psicológica, como a necessidade de se manter vida social ativa, ser otimista e agir com altruísmo. Ressaltou também a importância de se cultivar a capacidade de perdoar, a gratidão e o desapego de valores materiais.



“Vida afetiva, social e familiar – retorno ao lar, redes de apoio e participação social” – Nesse painel, Cecília esclareceu a importância da participação familiar no processo de retorno do aposentado ao lar. Lembrou que, dependendo da maneira como a pessoa administra sua vida nas várias dimensões, a transição pode ser mais tranquila, construtiva e saudável. Em contraposição, alertou que o retorno ao lar pode se tornar mais difícil se a pessoa superdimensiona a vida profissional ou se tem um projeto de vida direcionado exclusivamente para as atividades profissionais.

“Saúde emocional – como lidar com os sentimentos para evitar o sofrimento psíquico-emocional” – A psicóloga Maria Elenita Favarato, doutora em saúde pública, abordou a importância do planejamento das atividades pós-carreira e destacou a necessidade de se ter objetivos, que podem e devem ser reformulados, conforme necessário. Para ilustrar, apresentou o filme “Confissões de Smith” e conduziu uma reflexão do grupo sobre a relação com o trabalho, os valores sociais e as perdas previstas no processo de aposentadoria.



INTERNET

“Autoconhecimento: valores para a vida, caminhos para o autoencontro” – A diretora da filial Lago Sul da Escola de Filosofia Nova Acrópole, Melissa Andrade, falou sobre o sentido maior da vida e a importância de cada um compreender seu propósito de vida, localizando os valores mais essenciais para bem viver.

“Despertar de uma nova consciência – projeto de vida” – Os participantes serão estimulados a construir, individualmente, um projeto de vida para o período da aposentadoria, visualizando as dimensões física, social, psicológica, ocupacional (no sentido de outras modalidades de trabalho como fonte de prazer) e espiritual.

“Roda de conversas e sarau cultural” – Os servidores já aposentados participarão desse encontro para serem integrados ao grupo. Haverá surpresas, oficinas práticas – de acordo com escolhas anteriormente externadas pelos participantes, concernentes ao projeto de vida – e uma roda de conversas com relatos dos aposentados e aposentandos.

Nos encontros temáticos e vivenciais, Shibuya tem conscientizado os participantes sobre sua responsabilidade em cada área da vida (relacionamentos, espiritualidade, finanças, saúde, lazer, projetos de vida, família), questionando a necessidade de ações para promover melhorias. Tem apontado também a importância de se dividir com a família as preocupações referentes à aposentadoria.

APOSENTADORIA como preparar um plano B:

Planejamento - Comece a pensar no assunto pelo menos cinco anos antes de se aposentar e defina um cronograma para implementar o novo projeto

Escolha - Identifique as suas necessidades, quanto precisa ganhar e qual atividade gostaria de desenvolver

Tempo - Avalie quanto tempo requer a nova atividade, o grau de dedicação e estresse que lhe poderá causar

Atualização - Após definir a nova atividade, volte a estudar e se atualizar sobre o trabalho escolhido, através de cursos, palestras e leituras

Família - Apresente o seu projeto para o marido e os filhos (será que é bom definir tanto assim ou falar de família de uma forma geral?) para conquistar o apoio da família para o novo negócio

Dicas para começar:

- Desafie a paralisação interna
- Redescubra tudo aquilo que motiva você
- Resgate sonhos adormecidos
- Organize suas ideias
- Priorize suas escolhas
- Transforme seus sonhos em metas
- Adapte suas habilidades à nova situação
- Busque novos conhecimentos
- Determine prazos
- Entre em ação: aja

<http://www.shibuyapratica.com.br/dicas7.html>

terminar suas atividades em fevereiro de 2012. “Futuramente, a Secretaria de Recursos Humanos pretende oferecer atendimento individualizado aos que já tiverem participado do Programa, objetivando avaliação social de estilo de vida e a conquista de bem-estar e qualidade de vida em sentido integral. Para isso, serão identificados interesses, necessidades e/ou dificuldades que a pessoa esteja vivendo nesse período que antecede a aposentadoria”, conta

Frassinete Galvão, coordenadora do Programa. Também está prevista a formação de um grupo vivencial e temático para os servidores que desejarem continuar a desenvolver o tema. O grupo contará com o apoio das servidoras Frassinete, assistente social, Nádia Santana, psicóloga, e Ruth Vaz, gestora de pessoas, além de outros colaboradores da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh). ■



PLEONASMO

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Normalmente o falante da língua portuguesa brasileiro desconhece a nomenclatura referente às formas de expressão, mas dificilmente não tenha ainda entrado em contato com a palavra “pleonasmO”. O termo, proveniente do grego e do latim, significa “superabundância” e é empregado para nomear o reforço exagerado que determinados recursos emprestam a uma expressão.

O pleonasmO é uma figura de linguagem extremamente útil em certas construções, porém muitos criticam seu uso por não conseguir identificar quando um elemento pleonástico torna um texto poluído e cansativo, por apenas ser um vício, e quando acrescenta significações por meio de um realce bem interessante.

Na verdade, o pleonasmO, quando um vício de linguagem, pode ter origem no desconhecimento do significado de um termo, que leva o falante a repetir a ideia já expressa por não saber que ela estava contida no vocábulo anterior, ou na tentativa de o falante se expressar da maneira mais clara possível, acrescentando às suas palavras vocábulos que acabam por acarretar redundância, reforço quase sempre inútil e desagradável.

O pleonasmO pode causar uma dificuldade de compreensão por gerar distanciamento entre termos que deveriam estar mais estreitamente ligados. Ao se dizer, por exemplo, “Elaborei um plano para o futuro que será analisado por um economista”, afasta-se da expressão “plano” sua restritiva (“que será analisado por um economista”) com o uso de um termo (“para o futuro”) quase sempre desnecessário em ocorrências desse tipo, causando certa prolixidade e, até mesmo, ambiguidade.

Já na frase “Fiz um plano para o ano que vem que será analisado por um economista”, o adjunto “para o ano que vem”, do substantivo “plano”, tem a função de acrescentar uma informação de forma a restringir substancialmente a significação de “plano”, não podendo ser considerado um pleonasmO, sobretudo por não haver, com o emprego da expressão, qualquer intenção de enfatizar.

Se, entretanto, houver, num mesmo período, a utiliza-

ção de um termo que ao mesmo tempo restrinja sutilmente o significado de um outro termo e reitere o seu sentido, ou que restrinja o significado do termo reiterativo, pode-se dizer existir nessa ocorrência um pleonasmO legítimo, muito empregado em textos literários.

Na frase “Fiz um plano para um futuro sempre vindouro”, houve nítida intenção de transmitir, com a locução “para um futuro sempre vindouro”, o sentimento de insegurança que existe em relação ao futuro. Haverá prejuízo da expressividade se essa locução for suprimida, o que não ocorre com o período “Ontem saí para fora da sala”, pois na expressão “saí para fora” o adjunto “para fora” só poderia incorporar algum valor expressivo em circunstâncias em que a própria entonação e o tipo de texto indicassem ou acolhessem tal valor, com exclamações, interjeições, etc.

Também não possuem valor de expressividade, a não ser quando servem algumas para elucidar o significado de termos alheios – o que depende da situação –, as redundâncias abaixo indicadas, entre muitas outras:

“O desembargador compareceu pessoalmente à reunião”, “A lei criou varas novas para o Tribunal”, “Foi mantida a mesma diretriz”, “Nas compras de supermercado, o consumidor deve sempre fazer a comparação de preços dos produtos”, “Escrevi a minha autobiografia”, “Governantes de todos os países do mundo se reuniram”, “Desejo-lhe muita paz no próximo ano vindouro!”, “Você mastigou com todos os seus dentes?”, “O servidor encarou o problema de frente”, “Foram convidados ambos os dois vizinhos”, “Casei-me há vinte anos atrás”, “Ganharam grátis um jarro”, “A gestão administrativa da empresa foi um sucesso”, “Ele anexou junto a certidão”, “O protagonista mais importante do filme deu um show”, “Devemos proteger o erário público, que é de todos nós”, “Aquele homem é muito obtuso e difícil de entender”, “O senhor é um deputado grandiloquente que fala de forma nobre”, “O empresário açambarcou sozinho toda a matéria-prima”, “Só um segundo, pois puxarei a cadeira para cá”. ■

Quilinhos a mais não é motivo para reprovar candidato

DECISÃO DO TRF/ 1.ª REGIÃO GARANTE A SOLDADO COM SOBREPESO VAGA DE TAIFEIRO

“As vagas estão preenchidas” ou “entraremos em contato se surgir alguma vaga”. Essas são algumas das frases mais comuns ouvidas por pessoas que procuram diariamente uma vaga de emprego. E quando se trata de pessoas com excesso de peso, a situação se torna ainda mais crítica. É o que revela a pesquisa realizada em 2010 pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), que mostra as dificuldades e preconceitos sofridos pelas pessoas com sobrepeso no País. De acordo com os dados, o ambiente de trabalho está entre os principais locais em que os obesos se sentem discriminados devido ao excesso de peso.

No Brasil, não contratar uma pessoa por causa da aparência é proibido pela Lei Trabalhista 9.029, de 13 de abril de 1995, que não permite a utilização de práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. Acontece que nem sempre essa lei é rigidamente respeitada.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em pesquisa realizada em 2011, que a população brasileira alcançou a marca de 190.755.799 habitantes, sendo que desse total 1,4 milhão está desempregado. E segundo pesquisa do Ministério da Saúde, realizada no mesmo ano, 48,1% da população brasileira está acima do peso e, dentro dessa parcela, 15% são obesos, ou seja, quase metade da população brasileira encontra-se fora dos padrões desejados para ocupar uma vaga de emprego.

A grande dificuldade é que muitos contratantes levam em conta a estética e a forma física dos candidatos. Em levantamento realizado pela consultoria Catho em 2010, ficou demonstrado que o preconceito pode ser escorado em motivos médicos, pois pessoas com excesso de peso têm maior propensão a doenças e isso é uma grande preocupação para as empresas, já que faz aumentar os períodos de licença, o índice de faltas ao trabalho e as despesas com tratamentos médicos. Ainda segundo a consultoria, as com-

panhias estão cada vez mais valorizando profissionais que cultivam um estilo de vida saudável, e a obesidade sugere justamente o oposto disso.

Foi o que aconteceu com um soldado da aeronáutica durante curso de formação para taifeiros, função de cozinheiro/copeiro na carreira militar, do Ministério da Aeronáutica. Após ter sido aprovado em todas as etapas do curso e ser considerado apto pela Junta Regular de Saúde do Hospital da Força Aérea de Brasília (HFAB) para exercer as funções, foi eliminado por ter sido seu peso considerado excessivo.

O caso foi parar na Justiça Federal do Distrito Federal, que em sentença determinou a permanência do candidato no concurso, inclusive com a matrícula no curso de formação. A União, entretanto, recorreu da liminar, e o processo chegou ao TRF da 1.^a Região.

No TRF, o relator, desembargador federal Fagundes de Deus, considerou que, neste caso, embora se trate de militar, “cuida-se de função de taifeiro, não exigindo, por isso mesmo, maiores esforços físicos para seu desempenho. Assim, não se mostra legítimo impedir candidato de realizar o respectivo curso de formação com o fundamento de que ele se encontra com sobrepeso. O excesso de peso do candidato não o desqualifica para o desempenho das funções concernentes ao pretendido posto da Aeronáutica”, afirmou na decisão.

O magistrado afirmou ainda que os atestados médicos anexados no processo consideraram o soldado apto para a função de taifeiro após ter sido aprovado em todas as inspeções de saúde e nos testes de avaliação de condicionamento físico. Além disso, há receituário de prescrição de dieta onde se ressaltou que o grau de excesso de peso do autor não compromete a realização de atividades motoras, estando, portanto, apto a desempenhar a função.

A Quinta Turma acompanhou o voto do relator por unanimidade e garantiu o exercício da função ao candidato. ■

TRIBUNAIS DE TODO O PAÍS PREPARAM-SE PARA A SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2011

O coordenador-geral do Sistema de Conciliação da Primeira Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, participou, no dia 6 de outubro, do Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento preparatório para a Semana Nacional de Conciliação, que neste ano ocorrerá de 28 de novembro a 2 de dezembro, reuniu representantes de todos os tribunais do país.

O Encontro foi aberto pelo coordenador do Comitê Gestor do Movimento Permanente pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conselheiro José Roberto Neves Amorim, que defendeu a ideia de que também sejam pensadas ações de conciliação para a fase pré-processual, evitando-se a judicialização desnecessária de conflitos.

Durante o evento, foram apresentadas e discutidas ações-padrão que poderão ajudar os tribunais a organizar o mutirão de conciliação e mediação nos estados.

Promovida anualmente, a Semana Nacional de Conciliação ocorre em todos os estados. Durante esse período, os tribunais estaduais, federais e trabalhistas selecionam os processos com possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

TRF ATINGE META 1 DO JUDICIÁRIO PARA 2011

O TRF da 1.ª Região atingiu 100% da meta 1 do Judiciário para 2011. Parte do objetivo traçado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de criar uma unidade de gerenciamento de projetos, já havia sido alcançada no fim do primeiro semestre com a consolidação do Escritório de Projetos Estratégicos Regional (Eper). Agora, a meta foi plenamente cumprida, após o Eper divulgar o desempenho dos projetos inventariados e acompanhados. Os dados foram disponibilizados na intranet, no dia 14 de outubro.

Desde o início das atividades, o Eper já catalogou 20 projetos concebidos por dirigentes de diversas unidades do Tribunal. O trabalho é fruto de um levantamento coordenado pelo servidor responsável pelo escritório, José Roberto Ferretti, que atua junto à diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão (Cenag), Wânia Maritça. Além de identificar as iniciativas, o Eper também é responsável por acompanhar o projeto e prestar todo o apoio e assessoramento aos gerentes nomeados. Eles recebem treinamento sobre metodologia e práticas de gestão. Atualmente, 12 projetos estão sendo executados, três planejados e outros cinco passam pela fase inicial.

A CULTURA DA CONCILIAÇÃO CHEGA À ÁREA DE EXECUÇÕES FISCAIS

No dia 6 de outubro, o coordenador do Sistema de Conciliação da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, a coordenadora do Núcleo de Conciliação do DF, juíza federal Gilda Sigmaringa Seixas, e o representante da Corregedoria Nacional de Justiça, juiz auxiliar Ricardo Cunha Chimenti, reuniram-se com o advogado-geral da União, ministro Luís Adams, com o procurador-geral federal, Marcelo Siqueira, e com o coordenador-geral de cobrança e recuperação de créditos (PGF/AGU), procurador federal Fábio Munhoz, para definir os critérios do primeiro mutirão de conciliação na área de execuções fiscais.

O projeto "Mutirão em Execução Fiscal" foi institucionalizado pela Portaria n.º 132, da Corregedoria Nacional de Justiça, e ocorreu na Seção Judiciária do Distrito Federal, no período de 24 a 27 de outubro.

Durante a reunião ficou definido que o ministro Luiz Adams baixará portaria que explicitará os critérios autorizadores da atuação dos procuradores federais, como afastamento do encargo de 20% ou dos honorários advocatícios, redução dos juros e parcelamento. No referido mutirão, os valores individuais a serem negociados serão pequenos, e decorrem de crédito não tributário, como multas administrativas, ambientais, etc.



COLEGIADO DO CJF APROVA PROPOSTA DO TRF DA 1.ª REGIÃO

Em sessão ordinária ocorrida no dia 24 de outubro, em Brasília, o Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou proposta do presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, e autorizou a transferência, para o ano de 2013, da instalação de uma vara federal na cidade mineira de Ituiutaba, inicialmente prevista para 2012.

Segundo o presidente do TRF, o que motivou a proposição foi a necessidade de instalar antes, isto é, no próximo ano, uma segunda vara na cidade de Pouso Alegre, também em Minas Gerais, tendo em vista o crescente número de processos que dão entrada na única vara existente, cujo acervo, no momento, é de cerca de 22 mil peças.

Contudo, as datas das instalações das varas serão definidas futuramente mediante resolução da Presidência do TRF.

As varas a serem instaladas fazem parte de um total de 240 criadas pela Lei 12.011/2009, que devem estar funcionando até 2015.

MAGISTRADOS DO TRIBUNAL RECEBEM A ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO

Os desembargadores federais Fagundes de Deus, Reynaldo Fonseca e Mônica Sifuentes receberam, no dia 26 de outubro, a comenda Ordem do Mérito Aeronáutico na Base Aérea de Brasília. A cerimônia de imposição da medalha foi organizada pelo Comando da Aeronáutica e faz parte das comemorações do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. A “Ordem do Mérito Aeronáutico” é a maior comenda concedida pela Força Aérea Brasileira (FAB) para reconhecer serviços prestados à Aeronáutica por personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras, e premiar os militares de seu quadro efetivo que tenham prestado notáveis serviços ao País ou se tenham distinguido no exercício de sua profissão.



MÁRCIA FOIZER

TRF DA 1.ª REGIÃO RECEBE VISITA DE PROCURADOR URUGUAIO

O TRF da 1.ª Região recebeu, no dia 28 de outubro, a visita do assessor da presidência da Corte Suprema de Justiça do Uruguai, procurador e doutor em Direito e Ciências Sociais, Gustavo Nicastro, participante do Programa de Magistrados e Servidores Joaquim Nabuco, desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O objetivo do programa de intercâmbio é fomentar o diálogo e a troca de experiência na área jurídica, bem como expandir as bases de cooperação judiciária, contribuindo para o fortalecimento do Mercosul e para a promoção da segurança jurídica na região. Quando visitam o Brasil, os magistrados e estudantes têm a oportunidade de conhecer de perto toda a estrutura do Poder Judiciário e dos órgãos auxiliares da Justiça.

Durante a visita, o procurador uruguaio foi recebido pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, e pelo juiz federal em auxílio à Presidência José Alexandre Franco, que explicou ao visitante as peculiaridades do Poder Judiciário brasileiro, em especial a Justiça Federal, a composição e a competência do TRF da 1.ª Região.

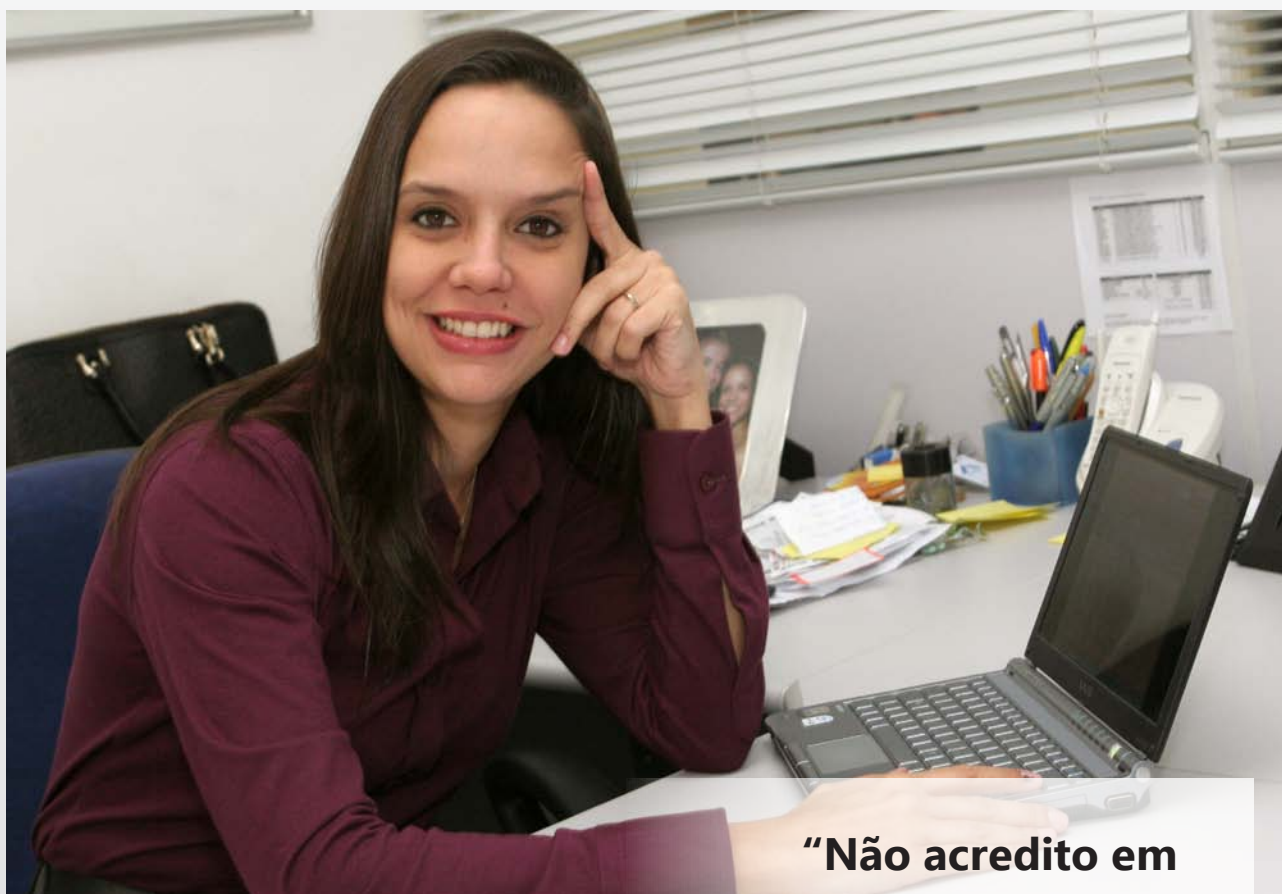
Após ouvir atentamente as explicações do magistrado brasileiro, Gustavo Nicastro destacou algumas diferenças entre o poder judiciário brasileiro e o uruguaio. Segundo ele, o poder judiciário brasileiro é muito mais complexo e mais próximo do cidadão do que o uruguaio.

Na sequência, o procurador visitou o memorial do TRF da 1.ª Região e mostrou-se impressionado com a quantidade de estados que integram a Primeira Região. Em seguida, o visitante conheceu a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip), setor do Tribunal responsável pela distribuição dos processos.

Da privacidade ao Direito Digital

O RÁPIDO AVANÇO DA TECNOLOGIA TRAZ CONSEQUÊNCIAS POSITIVAS E NEGATIVAS . O DIREITO DIGITAL ESTÁ AÍ PARA REGRAR OS CONFLITOS DO AMBIENTE VIRTUAL

ADRIANA ELIAS



“Não acredito em uma regulamentação só para o mundo digital, acredito, sim, na atualização das leis para que atendam a nova realidade digital das pessoas e da sociedade”

▼ JAIR CARDOSO

Compras *on-line* (*e-commerce*), privacidade, anonimato, segurança da informação, relações trabalhistas, crimes contra a honra, interatividade, discriminação, fraude, vírus de computador, *cyberbullyng*, furto de dados, invasão de sistemas, clonagem de cartões de crédito, entretenimento, leitura linear, tecnologia. Muitas dessas expressões fazem parte de conceitos modernos voltados para o mundo digital.

É o que conta a advogada especialista em Direito Digital Patrícia Peck (foto). Segunda ela, o conceito de digital está vinculado, principalmente, à internet. Criada em meados da década de 1960, a partir de projetos do Departamento de

Defesa dos Estados Unidos, com o objetivo de desenvolver um meio de comunicação seguro entre os centros militares, a internet buscava apenas um espaço livre para trocas de interação. Passados 51 anos desde seu surgimento, tomou proporções inimagináveis. Não se trata apenas de uma rede de computadores, mas, fundamentalmente, de uma rede mundial de pessoas.

A internet não é um lugar, não é um território à parte, mas sim a extensão da vida das pessoas, tudo o que se faz no ambiente virtual gera efeitos na vida real. Aliada ao computador transformou tarefas antes complicadas em simples atividades desenvolvidas em poucos minutos. Essa revolução tecnológica afetou profundamente o cotidiano das pessoas, transformando a sociedade contemporânea em uma sociedade digital.

Além disso, atualmente a internet não é utilizada apenas para troca de informações entre pessoas, mas para estabelecer relações de consumo, para transações bancárias, para progresso e desenvolvimento. Foi dessa rápida evolução do ambiente em rede que surgiu o Direito Digital. Mas o que vem a ser o Direito Digital?

Diante deste cenário, de uma comunicação em tempo real e interatividade mundial de uma sociedade conectada, pode-se dizer que é fundamental que o direito também acompanhe o avanço, a mudança comportamental, econômica e social. O Direito Digital veio orientar, apoiar e capacitar pessoas, instituições, públicas e privadas, para proteger informações, negócios e relações no ambiente digital.

Sob essa óptica, "o Direito Digital é a evolução do próprio Direito, vez que não se trata de uma nova área, mas sim de todas as áreas já existentes e conhecidas no âmbito jurídico que diante dos fatos e evolução passam a integrar questões tecnológicas. Assim, o Direito Digital abrange todos os princípios fundamentais e institutos que estão vigentes e são aplicados até hoje, assim como também introduz novos institutos e elementos para o pensamento jurídico, em todas as suas áreas", conceitua a advogada Patrícia Peck, ao explicar que o Direito Digital pode ser considerado como o "upgrade" do Direito, sendo, portanto, o resultado da relação entre a ciência do Direito e a ciência das novas tecnologias.

A advogada explica que o Direito Digital não é um ramo autônomo, mas um conglomerado atípico dos mais variados

campos legislativos, resultado de uma revolução silenciosa da tecnologia. "Trata-se de uma atividade multidisciplinar, pois engloba vários outros ramos do Direito, tais como Direito Constitucional, Civil, Tributário, Trabalhista e do Consumidor". Para ela, toda mudança tecnológica é uma mudança social, comportamental, portanto, jurídica.

Justamente por ser uma atividade multidisciplinar, é difícil criar legislação específica sobre o tema. No Brasil, não há dispositivos legais aplicados exclusivamente ao mundo digital. Patrícia Peck avalia essa escassez legislativa como normal. "Não acredito em uma regulamentação só para o mundo digital, acredito, sim, na atualização das leis para que atendam a nova realidade digital das pessoas e da sociedade".

O argumento da advogada pode parecer, em algum aspecto, controverso. Como pode algo tão presente na vida das pessoas, como a internet, o mundo digital, não ter normas específicas? Patrícia justifica seu argumento: "o que parece moderno hoje, amanhã está obsoleto. E isso não vale apenas para a evolução dos computadores. As redes sociais, as ferramentas de compartilhamento de dados e informações, crimes e atividades ilícitas promovidas no meio digital também evoluem na mesma velocidade. A cada dia surge um novo vírus, um novo golpe. É impossível para os legisladores acompanhar tamanha desenvoltura".

Com base nessa constante evolução, a especialista no assunto avalia que existem lacunas legais a serem preenchidas, "em especial no tocante a questões de prova de identidade (autoria) e definição de novos tipos penais para crimes novos que não eram previstos". No Brasil, existem algumas propostas que tramitam no Congresso Nacional. Destacam-se o Marco Civil para a Internet e o Projeto de Lei n.º 84, de 1999, que dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades.

Contudo, na avaliação da advogada, mesmo sem uma legislação específica voltada para o tema, o Poder Judiciário tem desempenhado um bom papel quando provocado para analisar o mundo digital. Ela explica que o Direito Digital tem sua base na maioria dos princípios do Direito atual, além de aproveitar a maior parte da legislação em vigor. Mas, apesar da aplicação dos mais variados ramos do Direito na solução de conflitos digitais, a advogada alerta que o melhor remédio contra dor de cabeça virtual é a prevenção.

“Procure usar equipamentos que tenham softwares de segurança atualizados e não compartilhe senhas com outras pessoas”, orienta a advogada. Outras dicas da especialista é sempre encerrar a sessão e bloquear o dispositivo e, entre as mais importantes, evitar clicar em tudo que recebe por e-mail e ter muito cuidado ao navegar em sites que oferecem conteúdos gratuitos. “Agora, havendo incidente, o fundamental é agir rápido e buscar ajuda das autoridades”, orienta.

APLICAÇÃO

Muitas são as facilidades proporcionadas pela internet. R.R., estudante de aviação civil, conta que, desde que fez sua primeira compra pela internet, nunca mais parou. “Hoje faço tudo pela rede. Pago minhas contas, faço compras de objetos pessoais, supermercado. Só saio de casa quando realmente preciso”. Ele classifica a comodidade proporcionada pela internet como uma “dádiva de Deus” e destaca que nunca teve problemas com esses tipos de operação.

No entanto, com as mudanças, surgem novos problemas. A rapidez com que as informações se propagam no ambiente digital é muito grande, sendo cada vez mais difícil controlar o compartilhamento. Por isso, os crimes de internet estão cada vez mais rotineiros e já não se limitam a pessoas físicas.

O médico M.C.M foi vítima de um desses crimes praticados pela internet. Desconfiado, ele conta que sempre teve receio de efetuar qualquer operação financeira virtual. Contudo, certo dia, por necessidade, precisou pagar uma conta pelo site de seu banco. Foi o que bastou para um simples gesto se transformar em pesadelo.

O médico teve seus dados bancários invadidos por um hacker. Mais de R\$ 6 mil foram retirados de sua conta em pouco mais de 24 horas. “No dia seguinte fui ao banco tirar um extrato para confirmar se a conta havia sido debitada. Quando vi o saldo, quase caí duro. Notei que várias transferências haviam sido feitas sem meu conhecimento”.

Para resolver o caso, o médico disse que procurou imediatamente o gerente e comunicou o fato. Foi aberta uma sindicância interna que constatou a invasão dos seus dados bancários. “Demorou, mas o dinheiro desviado foi totalmente ressarcido pelo banco”.

A advogada Patrícia Peck explica que o médico foi vítima do *phishing*, um dos crimes mais praticados na web, que se caracteriza pelo envio de vírus ou arquivo malicioso para

obter informações dos usuários, em especial dados de conta bancária e cartão de crédito.

Esse também foi o caso da servidora pública L.O.P, que teve seu cartão de crédito clonado. Ela conta que comprou um presente para o marido pela internet. Aparentemente tudo correu dentro da normalidade, até que dias depois recebeu uma ligação da instituição financeira gestora do cartão, que a consultou sobre determinadas despesas realizadas. “Levei um susto com a ligação da operadora do cartão. Eles citaram vários gastos que eu não havia feito. Minha sorte foi ter recebido aquele telefonema”. O cartão foi cancelado, e os débitos foram assumidos pela operadora do cartão.

Os dois casos acima foram resolvidos com “certa tranquilidade”. O médico e a servidora pública contaram com a boa vontade e com a sorte, respectivamente, para solucionar a questão. Mas nem sempre é assim. B.S, prestador de serviço de um órgão público, comprou um aparelho celular em um site de compras coletivas, mas a empresa responsável pela venda do produto não existe. “O preço estava convidativo. Um celular de mais de mil reais estava saindo por R\$ 239,00. No impulso, comprei. Fiquei sem o dinheiro e sem o celular”.

O caso de B.S é mais comum do que se imagina, ainda mais com a febre dos sítios de compra coletiva. Nesses casos, a advogada Patrícia Peck orienta que o consumidor pesquise bem a empresa antes de comprar qualquer produto ou serviço e evite a compra por impulso. Ela afirma que o Código de Defesa do Consumidor também se aplica à internet. “O consumidor deve observar qual a política de devolução, troca, desistência e ressarcimento”.

Em casos como o do prestador de serviços, Patrícia Peck orienta o consumidor a fazer a denúncia contra a empresa e contra o sítio eletrônico de compras coletivas ao Procon. Se mesmo assim a pendência não for resolvida, a solução será ajuizar medida no Juizado Especial de Pequenas Causas para reaver o valor pago.

Os exemplos ilustram de forma evidente como as ferramentas digitais se tornaram importantes no cotidiano da sociedade. Suas aplicações são diversas. Talvez ilimitadas. E o Direito voltado para o mundo digital é a ferramenta capaz de regular, manter sob controle as atividades desenvolvidas no meio. “O Direito Digital tem o papel de desenhar o arcabouço jurídico que vai garantir a própria sustentabilidade da sociedade digital”, afirma Patrícia Peck.

Segundo a advogada, o Direito Digital, em especial quando relativo à resolução de conflitos, apresenta algumas peculiaridades: celeridade, dinamismo, autorregulamentação, poucas leis, base legal na prática costumeira, uso da analogia e soluções criadas de comum acordo entre os envolvidos (arbitragem). “São essas características do Direito Digital que garantem aos cidadãos que o mundo virtual seja tão organizado e regido por regras quanto o mundo real, prevendo e se apoiando em casos do Direito aplicado às esferas reais, em todos os sentidos”.

Mas essa não é a realidade de todos os países. Os Estados Unidos, por exemplo, possuem uma lei federal contra invasão de sistemas bancários e governamentais. O Canadá também possui legislação específica contra o Spam (mensagem digital não solicitada enviada em massa). Na Europa, França, Inglaterra e Irlanda já foram tomadas medidas severas contra o compartilhamento indevido de conteúdo, impondo-se castigos de interrupção de prestação de serviços de acesso à internet. Dentre os países da América Latina, destacam-se a Argentina, Venezuela, Chile, Paraguai e Uruguai. Todos esses países já possuem legislação específica contra os crimes caracterizados como digitais, que compreendem, entre outros, o acesso não autorizado a sistemas, envio de códigos maliciosos e apropriação indevida de dados. ■

DIREITO DIGITAL NO EXTERIOR

O Brasil não tem legislação específica sobre o tema.

Há apenas alguns projetos que tramitam no Congresso Nacional, entre os quais o Marco Civil da Internet e o Projeto de Lei sobre Crimes de Informática (PL 84/99).

Ambos estão parados.





Tribunal realiza I Encontro de Gestores de Segurança da Primeira Região

EVENTO SERVIU PARA TROCAS DE EXPERIÊNCIAS E DISCUSSÃO DE MELHORIAS DE PROCEDIMENTOS

JAQUELINE MENDES

As divisões de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh/Secre) e de Segurança e Serviços Gerais (Diseg/Secad) do TRF/ 1.ª Região promoveram, nos dias 6 e 7 de outubro, o Primeiro Encontro de Gestores de Segurança da Justiça Federal da Primeira Região. A iniciativa foi motivada pela necessidade de padronização das ações de segurança desempenhadas no TRF e seccionais em conformidade com as regulamentações e normas internas.

Temas como a uniformização de armamento, equipamentos e treinamento dos agentes de segurança; modernização dos Sistemas de Controle de Acesso (SCA) e Circuito Fechado de TV (CFTV) estiveram em pauta durante os dois dias dedicados aos debates, que também discutiram a padronização da capacitação dos servidores vinculados à área de segurança no âmbito da 1.ª Região, objetivando a multiplicação de instrutores de segurança no TRF e seccionais.

O presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, abriu o encontro com discurso em que externou

preocupação com a área de segurança de toda a Primeira Região. “Nossa Região é gigantesca, portanto nossos problemas estão na mesma proporção; essa questão de segurança é moderna, recorrente e exige uma vigilância constante, um aperfeiçoamento continuado”, afirmou.

O encontro abriu portas para a troca de experiências entre os representantes de segurança das 14 seções judiciárias, ocasião em que falaram sobre suas realidades e relataram boas práticas implementadas. Para o diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais do TRF, Cláudio Chagas Barreira, conhecer de perto os serviços e procedimentos adotados em cada região é de suma importância já que todos pertencem a um mesmo grupo, com alvos e necessidades comuns. “Cada um tem sua peculiaridade, um modo de trabalhar, mas o foco e objetivos são os mesmos, prestar um bom trabalho de segurança, com excelência e qualidade”.

O grupo também discutiu a possibilidade de aprimoramento de habilidades e conhecimentos dos agentes e algu-



Acima, dirigentes e agentes de segurança durante o evento
Ao lado, diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais do TRF, Cláudio Chagas Barreira

mas propostas de melhoria na área de segurança da Justiça Federal da Primeira Região. Uma das melhorias apresentadas como sugestão de padronização para as seccionais foi a informatização do sistema de transporte (Sistra). A experiência vivenciada com êxito pelo TRF da Primeira Região há cerca de dois anos “permite que a requisição de viatura e motorista em atendimento às unidades administrativas e gabinetes funcione de maneira integral (24 horas), inclusive aos sábados, domingos e feriados, por meio do plantão de segurança de agentes que se encontram em escala de revezamento”, apresentou Cláudio Barreira.

Os participantes também tiveram a oportunidade de conhecer as novas armas não letais utilizadas em todo o complexo do TRF, em Brasília, desde agosto de 2011. Produzido nos Estados Unidos, o equipamento difere da arma de choque pela potência de baixa amperagem, uma vez que não provoca danos ao ser humano e a paralisação causada é provisória e não deixa sequelas.

O evento foi encerrado no dia 7 de outubro, ocasião em que o presidente Olindo Menezes parabenizou todos os participantes e a equipe da Secretaria de Recursos Humanos – nas pessoas da diretora da Secre, Ruth Vaz, e da Direh, Nádia Barbosa – e da Diseg/Secad – na pessoa do diretor Ruitter Ramos –, ressaltando a importância de reciclagem e aperfeiçoamento profissional. “A Segurança é um setor vital para o Tribunal e para as seções judiciárias, e esse treinamento é uma semente, é o primeiro passo dado”, afirmou.

Ao fazer um balanço do Encontro, Cláudio Barreira acredita que o evento superou as expectativas, mas destacou que quanto à adoção de procedimentos de segurança padronizados na Primeira Região, o tema merece cautela e deve ser adotado gradualmente. “A pretensão é que façamos outros encontros, onde tentaremos, junto com a administração, incluí-los no calendário anual das atividades voltadas para a área de segurança”. ■



Magistrados da Primeira Região debatem temas do Direito Civil em Goiânia

JORNADA É PROMOVIDA PELA ESMAF/ 1.ª REGIÃO

IVANI MORAIS

Cerca de oitenta magistrados da Primeira Região estiveram reunidos, de 19 a 21 de outubro, no auditório do hotel Blue Tree, em Goiânia, para discutir os mais variados temas do Direito Civil. A II Jornada sobre o tema, coordenada pela Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf) e patrocinada pela Caixa Econômica Federal e pela Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), foi aberta pelo diretor da Esmaf, desembargador federal Moreira Alves, que projetou para os próximos dias do encontro “muito estudo, muita reflexão, muito comprometimento”, o que, segundo ele, vem sendo a tônica dos eventos promovidos pela escola.

O presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, proferiu

a palestra de abertura “Ensaio em torno dos conceitos de propriedade e domínio”, um dos aspectos abordados em sua tese de doutorado em direito, defendida na Universidade de Brasília em 2009. De acordo com Olindo, o trabalho apresentado revisita os conceitos de propriedade e domínio e uma concepção muito corrente hoje de que não há mais propriedade como um conceito unitário, senão várias propriedades. “Eu tematizei esses assuntos tentando demonstrar que sempre existiu um conceito de propriedade unitário do qual existem as espécies de propriedade”, afirmou. “Não se pode falar nas espécies sem falar no gênero”. O professor doutor Olindo Menezes conduziu a plateia a refletir sobre a ideia de que a propriedade não é



só propriedade de bens imóveis. “A propriedade de bens imóveis tem um prestígio tão grande na história que virou sinônimo de propriedade; as leis, inclusive, são feitas dentro dessa lógica”, anuncia o presidente. “A própria Constituição Federal, quando fala de propriedade, eu entendo que se refira à propriedade em sentido genérico, quando traça a função social; mas quando ela delimita o que é a função social para a propriedade urbana, só fala da propriedade imobiliária; não fala da propriedade mobiliária, que é bem mais expressivo em termos de poder do que a propriedade imobiliária”, explicou o magistrado.

A palestra seguiu-se de um acalorado debate com ampla participação da plateia, que interagiu fazendo perguntas e trazendo à discussão questões do dia a dia dos magistrados. Na opinião do juiz federal da 5.ª Vara da seccional de Goiás, Marcelo Lobão, “foi um debate muito profundo, principalmente em relação a uma matéria que vinha sendo esquecida pelos juízes federais, que são mais focados no direito público”, afirmou. “E o mais interessante é que o presidente conseguiu transitar por várias áreas, saindo do direito civil, percorrendo também o direito administrativo

e o direito penal, o que mostra realmente a profundidade que ele tem, o domínio que ele exerce sobre essa matéria”, avaliou. O magistrado ainda elogiou a escola pela iniciativa de propor a discussão do direito civil e pela escolha dos palestrantes. “Esses encontros de aprimoramento são mais importantes até do que muitos cursos de pós-graduação *strictu sensu* porque são mais focados na área prática da atividade jurisdicional (...) e permitem um debate entre todos os juízes participantes, troca de experiências, compartilhamento de ideias e dificuldades que cada um enfrenta nas mais diversas seções judiciárias que compõem a Primeira Região” – opinião compartilhada com o diretor do foro da seccional goiana, juiz federal Carlos Augusto Torres Nobre: “O professor doutor Olindo Menezes, nosso presidente, fala de uma maneira muito clara, tem o jeito do professor, expõe as coisas complicadas de maneira simples”, elogiou. E concluiu: “eu acho que foi isso que ele fez, apresentou o instituto da propriedade aos juízes e, inclusive, nos chamou a atenção para que nós refletíssemos sobre a dimensão ética do ato de decidir sobre as coisas que dizem respeito à propriedade.”

O diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás também falou da importância de sediar um evento do porte da II Jornada de Direito Civil. “É uma oportunidade de recebermos na nossa cidade um número expressivo de professores que pensam a questão do direito civil na perspectiva de confrontá-los com tempos novos, uma leitura à luz do texto constitucional, das reivindicações dos movimentos sociais que estão colocados aí no dia a dia, de modo que é uma oportunidade em que nós aqui, além de podermos mostrar aos nossos colegas da Primeira Região as coisas da nossa cidade, o jeito de ser da nossa gente, nós aproveitamos e refletimos um pouco sobre a importância do direito civil no sistema jurídico brasileiro”, disse.

Entrega de hipotecas: Como parte da solenidade, aconteceu a entrega de certificados de baixa de hipoteca do Sistema Financeiro da Habitação resultantes de acordos firmados durante os dois mutirões realizados na seccional de Goiás nos meses de agosto e setembro, que alcançaram 60% de acordos, gerando cerca de 10 milhões de reais em valores negociados.

O coordenador-geral do sistema de conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, agradeceu o apoio do presidente do TRF e de todas as pessoas envolvidas na disseminação da cultura da conciliação. “Esse sistema de conciliação está dando certo porque a administração do Tribunal tem apoiado, e aí eu incluo o diretor da escola, desembargador Carlos Eduardo, incluo também o nosso corregedor Cândido Ribeiro e, sobretudo, o nosso coordenador dos JEFs, Tourinho Neto”, afirmou. Ele demonstrou com números os resultados dessa convivência: “Nós fizemos 65.444 conciliações na 1.ª Região. São mais de 300 mil pessoas beneficiadas pela cultura da conciliação. Portanto, isso não é mais mera retórica ou mero conteúdo programático do preâmbulo da Constituição Federal. É uma realidade que deve ser exaltada não para solucionar as prateleiras do Judiciário, mas para levar a melhor jurisdição a cada uma das pessoas que procura o Estado”, concluiu.

Na ocasião, o coordenador do SistCon anunciou a realização do mutirão de conciliação em execuções fiscais com débitos de dívidas não tributáveis, com o apoio da Fazenda Pública, que acontecerá no período de 24 a 27 de outubro, em Brasília. “Tenho certeza de que esta será a

FOTOS: RAMON PEREIRA



Presidente Olindo Menezes entrega hipoteca a mutuário

grande solução não só para o jurisdicionado, mas para as varas de execuções fiscais”, finalizou.

Compuseram a mesa de honra da abertura, juntamente com o presidente do Tribunal e com o diretor da Esmaf, o diretor do foro, juiz federal Carlos Augusto Tôres Nobre, o presidente da Associação dos Juizes Federais da Primeira Região (Ajufer), Roberto Carvalho Veloso, a gerente regional da Caixa Econômica Federal, Maria Luzia do Couto Aguiar, e o diretor da Controladoria da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Antonio Luiz Bronzeado. Entre as autoridades que prestaram o evento estavam o desembargador federal Jirair Aram Meguerian e o desembargador federal Reynaldo Fonseca.

Dois outros relevantes temas foram abordados e debatidos durante o período da tarde: a conferência “O funcionalismo no direito civil contemporâneo”, com o professor Marco Aurélio Bezerra de Melo, presidida pelo juiz federal Regivano Fiorindo, da seccional do Pará, e a conferência: “Filiação, reprodução assistida e conselhos de medicina”, com o professor doutor Guilherme Calmon



II Jornada de Direito Civil é prestigiada por autoridades e palestrantes renomados

Nogueira da Gama, presidida pelo desembargador federal Reynaldo Fonseca.

No segundo dia do evento, os debates giraram em torno dos temas Multipropriedade, abordado pelo professor Doutor Frederico Viegas de Lima; Princípios Contratuais, pela professora doutora Ana de Oliveira Frazão; e Responsabilidade civil: polêmicas em torno da função punitiva e da quantificação do dano moral, pelo professor Giordano

Bruno Soares Roberto.

E no último dia da jornada, o professor Daniel Carnacchioni proferiu a conferência "A farsa da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica", seguido pelo professor Doutor Juliano Zaiden Benvindo, que fechou o encontro falando do tema "Ativismo judicial, constitucionalismo e relações privadas: uma perspectiva comparada entre Brasil e Alemanha. ■



Diretores de foro das seções judiciárias participam da 3.ª Reunião Avaliativa de Gestão do Tribunal

DIRETORES DE FORO DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS PARTICIPAM DA 3.ª REUNIÃO AVALIATIVA DE GESTÃO DO TRIBUNAL

▼ MARTHA HORMANN E RICARDO CASSIANO

Diretores de 13 das 14 seções judiciárias da Justiça Federal da 1.ª Região participaram, pela primeira vez, da reunião semestral avaliativa da atual gestão do Tribunal, presidida pelo desembargador federal Olindo Menezes. No dia 21 de outubro, os magistrados conheceram de perto as principais ações em andamento e os desafios de todas as secretarias responsáveis por desenvolver e sustentar, a partir do TRF, os projetos que melhoram as rotinas de trabalho e a prestação jurisdicional nas seccionais. Reunidos no Salão Nobre, os juízes federais também tiveram oportunidade, um a um, de expor os principais problemas e as conquistas das seções representadas. “É um momento extremamente importante

porque possibilita contato de magistrados de diversos lugares do país, que trocam experiências e podem amadurecer suas administrações”, avaliou o diretor da Seção Judiciária do Maranhão (SJMA), juiz federal José Carlos Madeira.

A iniciativa do evento partiu da Diretoria-Geral da Secretaria (Diges). Ao tomar a palavra, o diretor Felipe dos Santos Jacinto frisou a importância da interiorização da Justiça Federal, com a instalação de 19 varas por ano até 2014, e os esforços do Tribunal em cumprir as metas propostas pela Presidência. “O atingimento de metas deve-se a práticas da administração (...), como reuniões periódicas com os diretores de secretaria, identificação de consenso

na solução de problemas e manutenção da informação”, explanou.

Em seguida foi aberto espaço para as apresentações das oito principais unidades do Tribunal. A diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), Wânia Maríça Vieira, destacou o empenho direcionado à estruturação das varas, inclusive as novas que estão em fase de instalação, e à definição de metas da Justiça Federal para 2012 e 2013. Em seguida, o diretor da Secretaria de Administração (Secad), Rüter Roberto Ramos, destrinchou as ações licitatórias e contratuais dos últimos seis meses e mencionou os esforços para manter o Malote Digital na 1.ª Região.

Representando a Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária (Secor), a servidora Kátia Regina Santa Ana falou da expectativa de conclusão, até o fim do ano, do Sistema de Controle de Execução Orçamentária (Ceo) e do acompanhamento de obras importantes do Tribunal, das seccionais e das novas varas federais. Já a diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi), Ionice Ribeiro, responsável por apresentar as contas ao TCU, tratou do apoio prestado às seções judiciárias na definição de como executar atos administrativos específicos.

Em tom de comemoração, o diretor da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), Marcos Dias, afirmou ter sido possível, até agora, concretizar a maioria dos projetos estratégicos propostos no início da gestão. O destaque foi para a ampliação da rede credenciada do Pró-Social, com ênfase no convênio firmado com o Hospital Sírio-Libanês – referência no tratamento de câncer. Com o mesmo entusiasmo, o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Márcio Cruz, discorreu sobre os avanços na implantação do e-Jur – sistema de processo digital disponível em praticamente toda a 1.ª Região – e do e-Admin, previsto para entrar em operação no início de novembro.

Ao expor as ações da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), a diretora Ruth Maria Cruz Vaz não poupou adjetivos à Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (UniCorp), que já soma 47 cursos e mais de 7,7 mil participações na atual gestão. Ruth anunciou a “construção” de 30 novos cursos e parcerias inéditas com importantes órgãos e empresas públicas. Último a se apresentar, o diretor da Secretaria Judiciária (Secju), Ricardo Paulo Tomaz, destacou o trabalho de coordenação do Mutirão Judiciário em Dia que, desde fevereiro, já julgou 21 mil processos ingressos no Tribunal até 2006. Citou, ainda, os mutirões



Diretor-geral Felipe Jacinto destaca a importância de levar a Justiça Federal para o interior

da Coordenadoria de Recursos (Corec) – para identificar cerca de 40 mil ações sobrestadas – e da Coordenação de Registros e Informações Processuais (Corip), que conseguiu “zerar” o acervo de processos pendentes de distribuição.

O conjunto de ações divulgadas pelos diretores agradeceu o presidente Olindo Menezes. “As conquistas são grandes e muito significativas”, afirmou. No intervalo entre as apresentações das secretarias, os diretores de foro fizeram uma rápida visita ao canteiro de obras da nova sede do Tribunal, onde se inteiraram sobre o histórico da construção. Na ocasião, a diretora da Seção Judiciária da Bahia (SJBA), juíza federal Cynthia de Araújo Lopes, disse que conhecia detalhes do projeto, “mas não tinha ideia de que era tão grandioso e tão bonito”.

De volta ao Salão Nobre, foram concedidos, a cada magistrado, 15 minutos para falar sobre suas seccionais. Em meio a relatos de iniciativas que deram certo e melhoraram as atividades nas seções e subseções judiciárias, muitas com apoio direto do TRF, os juízes federais relataram sérios problemas relacionados à carência de recursos, servidores e espaços físicos.

Após ouvir atentamente as reivindicações, o presidente Olindo Menezes solidarizou-se com os colegas. Afirmou conhecer cada questão, bem como os desafios enfrentados pela administração na tentativa de reverter esse quadro. Também reforçou a aposta na união dos magistrados para superar os percalços, ao comparar a condução da Justiça Federal a uma corrida, em que é preciso “passar o bastão uns aos outros” e não retroceder. O magistrado agradeceu a todos pelo empenho e encerrou a reunião em tom de otimismo. “Ao fim da gestão, mesmo não tendo feito tudo que tinha que ser feito, quero que fique a sensação de que fizemos tudo que era possível”, declarou. ■

LEONARDO COSTA





Presidente Olindo Menezes (centro), diretores de foro e gestores durante reunião avaliativa

Tribunal homenageia servidores

TALK SHOW, OFICINAS E SARAU DE TALENTOS FAZEM PARTE DA SEMANA DE ATIVIDADES COMEMORATIVAS DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

▼ BRUNO BANDEIRA/JAQUELINE MENDES/PAULA ODA

Para comemorar o Dia do Servidor Público, celebrado no dia 28 de outubro, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região organizou uma semana de atividades, de 24 a 28 de outubro, que envolveu desde exposições até um sarau de talentos com servidores da Casa.

“Cuidando de si, do outro e do meio ambiente” foi o tema das comemorações que neste ano, além de enaltecer o trabalho desenvolvido pelos servidores do Tribunal, teve como foco a conscientização quanto aos cuidados com o meio ambiente. “O servidor é o maior patrimônio da instituição, então precisa cuidar, oferecendo apoio à vida, não só à profissional, mas à vida como um todo”, afirmou Frasinete Galvão, coordenadora do evento e do programa de qualidade de vida do TRF, “Vida Legal” desenvolvido pela Secretaria de Recursos Humanos (Secre).

A exposição “Águas”, do servidor da Casa há 22 anos, Mauro Putini, abriu a semana do evento. As 25 fotos expostas no Espaço Cultural representaram traços da personali-

dade de um fotógrafo preocupado com o futuro do meio ambiente. Com imagens da Chapada Diamantina, Chapada dos Veadeiros e de outros lugares do Brasil, Mauro tentou conscientizar visitantes a preservar o planeta. “O nome “Água” personifica a ideia de preservação e combate ao desperdício de água no planeta”, explicou Mauro.

Para o assistente técnico Silvio José, do gabinete do desembargador federal Kássio Marques, as fotos representam a opinião de uma pessoa preocupada com o meio ambiente. “São fotos que motivam o interesse ecológico no sentido de preservar”, observou José ao comentar a exposição.

Uma segunda exposição montada com os trabalhos da Associação Amigos Solidários da cidade Estrutural e da Associação dos Artesãos do Gama chamou a atenção das pessoas que passavam pelo túnel de ligação entre os edifícios Sede I e Sede II. Bonecas feitas de garrafas pet e luminárias de jornais velhos foram algumas das peças expostas produzidas a partir de materiais descartados no



César e Vanessa emocionaram a plateia

FOTOS: MAURO PUTINI



Robson Medeiros, da Ascom, mostra seu talento



FOTOS: MAURO PUTINI

“Pais competentes: o melhor presente para o adolescente” é tema da palestra de Mônica Mulatinho e da apresentação de grupo de teatro

dia a dia e, na maioria das vezes, em lugares impróprios. “Nós tiramos principalmente a sujeira do meio ambiente e a transformamos em trabalhos reciclados. Transformamos o lixo em luxo”, definiu a artesã Eliete Alves, professora na Associação Amigos Solidários.

A programação variada promoveu o *talk show*: “Pais competentes: o melhor presente para o adolescente”, com a médica pediatra, hebeatra e terapeuta familiar, Mônica Mulatinho. A atividade interativa contou com a participação de um grupo de teatro e musicistas e lotou o Salão Nobre com a presença dos servidores. A palestra foi promovida pela Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), por meio das equipes da Divisão de Assistência à Saúde (Diasa) e da Divisão de Saúde Ocupacional (Disao), e pela Seção Judiciária do Distrito Federal.

Na quinta-feira, o Salão Nobre foi preparado para a realização da oficina “Crochê de Sacolas Plásticas”, oferecida pelas artesãs da Associação Amigos Solidários. Durante duas horas, as servidoras inscritas aprenderam a confeccionar bolsas ecológicas utilizando técnica que incentiva o consumo consciente. “O trabalho consiste em cortar tiras de sacolas de supermercado e uni-las formando um grande fio, que servirá como linha para a confecção do crochê. Essa estratégia representa uma alternativa para reutilização de sacolas plásticas”, explicou a professora Eliete Alves.

A Semana do Servidor terminou em grande estilo. Na sexta-feira, dia 28, servidores, prestadores de serviços e

estagiários tiveram a oportunidade de demonstrar suas habilidades durante o sarau “Talentos da Casa”. O presidente do Tribunal, Olindo Menezes, ao abrir a tarde de apresentações, falou sobre a importância do serviço público e enfatizou a necessidade de haver um momento de confraternização entre os servidores, que, segundo ele, enfrentam muitos obstáculos no dia a dia. “Neste dia quero me congratular com todos vocês, desejo que esqueçamos as agruras do nosso trabalho, o cansaço do dia a dia. Quero que todos nós nos sintamos satisfeitos, alegres e com uma consciência muito elevada do nosso valor como servidores públicos”.

O servidor Mauro Túlio Putini, da Ascom, abriu o sarau ao tocar uma de suas composições, “Luz”, e animou a plateia, composta de servidores, prestadores e desembargadores federais. Mauro, que toca violão há 12 anos e compõe há dois, estava ansioso momentos antes da apresentação. “Para mim, fazer uma apresentação aqui é uma experiência nova, sempre fui muito tímido, mas esta é uma boa oportunidade para mostrar este outro lado do meu trabalho”, comentou Mauro.

O mesmo sentimento de ansiedade foi compartilhado por Vanessa Marão Pollazon. “Eu estou muito nervosa; é a primeira vez que me apresento aqui no Tribunal”. Vanessa é servidora do gabinete da desembargadora federal Assusete Magalhães e nunca estudou canto formalmente. Segundo ela, canta por intuição e por acreditar que a música tem

poder de transformação, razão pela qual aceitou o convite de se apresentar. Com a tranquilidade de quem estudou canto e se considera violonista autodidata, César de Alencar de Oliveira Silva, do gabinete do desembargador federal João Batista, também se apresentou no sarau. “É muito boa a iniciativa de poder mostrar que, além de servidores, temos outros talentos. Minha mesa está cheia de processos, mas estar aqui compartilhando é maravilhoso”. Juntos, Vanessa e César cantaram “Perhaps Love”, do compositor John Denver, e Amigos para Siempre, de Sarah Brightman, e comoveram a plateia.

Na ocasião, a servidora da Seção Judiciária do Distrito Federal, Larissa Jansen, autora do livro “Diário de um transplante ósseo”, compartilhou com os presentes sua experiência de vida e a forma como o transplante de ossos a ajudou a andar. Além disso, a escritora, uma pessoa com deficiência, demonstrou sua satisfação em ser uma servidora: “Eu acho que o trabalho enobrece o homem, e é por isso que estou aqui com prazer”.

O clima de descontração e humor ficou por conta do servidor do setor de transporte, José Helton dos Reis, e do prestador de serviços da Divisão de Segurança e Serviços Gerais (Disseg), Manuel Moreira dos Santos. A dupla contagiou a plateia ao apresentar a música descontraída “Garçom”, de Reginaldo Rossi. O prestador de serviço da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), Robson Medei-

ros Alves, cantou uma de suas canções, “Uai sô”, e motivou os presentes a cantar junto. Robson aprovou a iniciativa e quer participar de mais eventos: “Seria bom se tivéssemos mais momentos como este. Eu tenho três CDs gravados, e foi um prazer apresentar meu trabalho aqui no Tribunal”.

O evento contou com a exibição de um vídeo sobre a técnica, “Imobilidade Tônica”, utilizada para imobilizar tubarões, produzido a partir das experiências como mergulhador profissional do servidor e assessor especial da Presidência, Euvaldo Soares de Pinho. E, na oportunidade, Rafael Santos, filho da servidora da Divisão de Recursos Humanos (Direh), Luzanira Maria Santos, apresentou a música Grande Valse Brillante, de Frédéric Chopin ao piano.

O coral Habeas Cantus foi a última atração do sarau. O grupo, composto de servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, apresentou as músicas *Close To You*, de Hal David e Burt Bacharach, e *Pot Pourri* popular, com arranjo do maestro Paulo Santos, regente do coral, acompanhado ao piano, por Ilke Takada. Em seguida, o coral quebrou o protocolo, ao cantar um *medley* de música popular, incluindo os sucessos “Fusão preto”, do compositor Almir Rogério, “Telefone mudo”, de Franco/ Peão Carreiro, e “Ainda ontem chorei de saudade”, de Moacyr Franco. A performance inusitada surpreendeu o público e marcou o encerramento da semana dedicada às homenagens a todos os servidores do Tribunal. ■



FOTOS: MAURO PUTINI



Subsídio

O modelo de remuneração apresentado como proposta para os servidores do Poder Judiciário tem levantado discussões. Você sabe o que é e quais são suas vantagens? Dúvidas? Você tira aqui.

1. O que é o subsídio proposto no Projeto de Lei 2.199 no âmbito do Ministério Público da União?

O conceito vigente de subsídio no serviço público federal é de remuneração em uma única parcela.

2. Como o subsídio se apresenta para os servidores do Judiciário e quais as vantagens oferecidas por esse modelo de remuneração para a categoria?

Segundo a proposta, o subsídio máximo (de analista judiciário, padrão 15) será equivalente a 85% do subsídio de juiz federal substituto e, a partir daí, haverá um escalonamento decrescente para os demais padrões e categorias.



3. Caso o subsídio fosse adotado, quais rubricas deixariam de existir?

Cada rubrica é uma discriminação linear do contracheque. Em caso de adoção do subsídio, as rubricas que serão eliminadas são as do vencimento, da Gratificação de Atividade Judiciária, do Adicional por Tempo de Serviço, dos adicionais de qualificação, das vantagens pessoais (incluindo “quintos”), da Gratificação de Atividade de Segurança, da Gratificação de Atividade Externa, além de outras de caráter permanente.

4. Com a adoção do subsídio, não haveria mais adicionais de qualificação (especialização, mestrado e doutorado)? E os já incorporados, seriam perdidos? E as funções incorporadas também seriam perdidas?

Os adicionais de qualificação e as funções incorporadas (quintos) não seriam perdidos, seriam incorporados ou, para não repetir termos, assimilados pelo subsídio.

5. Com o subsídio haveria realmente paridade entre os servidores da ativa e os aposentados?

Sim, para os servidores que se aposentaram com a paridade com os ativos. Há servidores que não tem paridade com os ativos, os reajustes dos respectivos proventos estão vinculados ao GRPS.

6. Com o subsídio não é possível receber hora extra?

Horas extras, adicional noturno, adicionais de periculosidade/insalubridade e funções comissionadas estariam fora do subsídio.

VIII Fonajef reúne magistrados de todo o Brasil

EVENTO PROMOVE O DEBATE DE TEMAS IMPORTANTES PARA APRIMORAR O TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

JAIR CARDOSO

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) promoveu, de 24 a 26 de outubro, a oitava edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (Fonajef), no Rio de Janeiro. Realizado anualmente, o fórum tem como objetivo principal discutir temas, sistemáticas e soluções para aprimorar o funcionamento dos JEFs, a partir do debate sobre as mais diversas situações vivenciadas pelos juizes federais que atuam nesses órgãos da Justiça Federal.

A oitava edição do Fonajef foi aberta pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, com palestra sobre os dez anos dos Juizados Especiais Federais. O ministro falou sobre a evolução das turmas recursais e como os JEFs se impuseram nos últimos anos. Para Dipp, os juizados especiais são o braço mais transparente e efetivo da Justiça brasileira.

Prova técnica, precedentes jurisdicionais, sobrestamento dos processos, princípio da oralidade, uniformização, conciliação e a transação em matéria penal foram os principais temas debatidos durante o evento. O desembargador federal do TRF da 1.^a Região e conselheiro do CNJ, Tourinho Neto, foi um dos destaques do fórum. Juntamente com o diretor jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF), Jailton Zanon da Silveira, o magistrado participou do painel sobre “conciliação e a transação em matéria penal e a conciliação nos JEFs”.

Tourinho Neto explicou que a conciliação e a transação, em matéria penal, são dois grandes institutos nos juizados,

que têm como objetivos a não aplicação de pena privativa de liberdade e a reparação dos danos sofridos pela vítima. Para ele, “a finalidade maior, nos juizados, não é descobrir a verdade real e, sim, buscar a paz social com um mínimo de formalidade”.

Nesse sentido, o magistrado lembrou o papel do Ministério Público, com base no art. 98, I, da Constituição, de abrir mão da denúncia e oferecer proposta de transação, valendo-se do princípio da oportunidade e da conveniência. Tourinho Neto avaliou que o conceito de apenas solucionar um conflito precisa mudar. “É mister que o juiz vivencie os problemas dos indivíduos, sintam-nos como homens, e não como objetos; que a questão seja resolvida com base na realidade da vida, e não na dos códigos. É necessário humanizar os juizes. Juiz justo é respeitado; o implacável, o duro, odiado”.

Tourinho também destacou a participação do TRF da 1.^a Região nas oito edições do evento, que neste ano esteve representado também pelos juizes federais Jorge Gustavo Macedo Costa (MG), Marco Antônio Barros Guimarães (MG), Isaura Cristina de Oliveira (PA), Arnaldo Pereira Andrade

“ É necessário humanizar os juizes. Juiz justo é respeitado; o implacável, o duro, odiado. ”



VIII FONAJEF - Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais

I) Enunciados Aprovados

Enunciado n.º1 - A perícia unificada, realizada em audiência, é válida e consentânea com os princípios informadores dos juizados especiais.

Enunciado n.º2 - É válida a realização de prova pericial antes da citação, desde que viabilizada a participação das partes.

Enunciado n.º3 - Além dos casos de segredo de justiça e de sigilo judicial, os documentos digitalizados em processo eletrônico somente serão disponibilizados aos sujeitos processuais, vedado o acesso à consulta pública fora da secretaria do juizado.

Enunciado n.º4 - Não é obrigatória a degravação de julgamentos proferidos oralmente, desde que o arquivo de áudio esteja anexado ao processo, recomendando-se o registro, por escrito, do dispositivo ou acórdão.

Enunciado n.º5 - Os entes públicos, suas autarquias e empresas públicas não têm legitimidade ativa nos Juizados Especiais Federais.

Enunciado n.º6 - É legítima a designação do oficial de justiça, na qualidade de *longa manus* do juízo, para realizar diligência de constatação de situação socioeconômica. (complementação ao enunciado 44)

Segundo (MA) e Francisco Renato Codevila (GO). “O TRF-1, pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef), tem tido grande atuação no Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais, enviando juízes para participarem dos encontros e facilitando que juízes efetuem palestras”, afirmou.

A temática do Fórum é eminentemente científica. Os presentes participam de grupos de trabalho onde são debatidas as temáticas propostas. As conclusões de cada grupo são submetidas a uma plenária final. Os temas viram enunciados que, além de balizar e orientar os magistrados sobre questões relativas aos JEFs, são encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e aos cinco tribunais regionais federais, onde podem virar súmulas. Até agora, em oito anos, o Fonajef já aprovou 119 enunciados. ■

JEFs

Criados em 2001, instituídos pela Lei 10.529, os Juizados Especiais Federais julgam causas de competência da Justiça Federal de até 60 salários mínimos. Em matéria criminal, só são aceitas ações relativas a delitos de menor potencial ofensivo, para as quais a sanção prevista não seja superior a dois anos. A maior parte das causas julgadas pelos JEFs é previdenciária, seguida pelas de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), imposto de renda e Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O desembargador federal Tourinho Neto avalia como positivo o trabalho desenvolvido pelos Juizados Especiais Federais nos dez anos de existência. “Nesses dez anos, mais de 10 milhões de processos foram recebidos pelos JEFs, e mais de nove milhões, julgados. Na Primeira Região, temos feito, com a garra dos juízes federais e dos servidores, cerca de 50 audiências por dia, nos mutirões”.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos JEFs, o magistrado vê com otimismo o futuro dos Juizados. “Creio nos Juizados Especiais, tanto nos federais como nos estaduais, apesar de estarem pouco estruturados e serem tidos, por alguns, como uma Justiça de ‘pouca monta’”. Para Tourinho Neto, os JEFs são a semente do futuro.

FOTOS: RAMON PEREIRA

Instalada a primeira vara federal do interior do Amapá

MAIS DE 50 MIL CIDADÃOS PODEM RECORRER AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SUBSEÇÃO DE LARANJAL DO JARI

IVANI MORAIS

A população do interior do estado do Amapá já comemora sua inserção efetiva no processo de interiorização da Justiça Federal impulsionado pela Lei 12.011/2009, que criou 230 novas varas federais para todo o país. Depois de quase 20 anos da instalação da Justiça Federal na capital, Macapá, foi a vez de o município de Laranjal do Jari sediar a primeira subseção judiciária do Estado, instalada, no dia 25 de outubro, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, e pelo diretor do foro da Seção Judiciária do Amapá, juiz federal Anselmo Gonçalves da Silva.

Cerca de 52 mil pessoas que vivem no município de Laranjal e em Vitória do Jari serão beneficiadas com a presença da Justiça Federal, não mais necessitando realizar um difícil e árduo percurso de 274 km por estrada de terra até Macapá para demandar com a União. A nova vara, que estará sob o comando do juiz federal Márcio de Sá Araújo, contará com a força de trabalho, inicialmente, de sete servidores empregados logo após a solenidade de instalação e de outros servidores que se encontram em processo de remoção. "Nosso objetivo concreto é prestar uma justiça mais célere e de qualidade para a população da região", afirmou o diretor da nova subseção judiciária. Os serviços à população somente terão início no dia 16 de novembro. Até lá, a vara funcionará apenas com expediente interno e para atendimentos de casos de urgência.

A solenidade, que aconteceu no plenário da Câmara Municipal de Laranjal do Jari, foi prestigiada por diversas autoridades dos cenários político e jurídico nacional e regional,

entre as quais o governador do Estado do Amapá, Camilo Capiberibe, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Ari Pargendler, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Tourinho Neto, a prefeita municipal de Laranjal do Jari, Euricélia Cardoso, e o presidente da Câmara Municipal, vereador Walber Queiroga.

O presidente Olindo Menezes abriu seu discurso lembrando da "longa e tormentosa caminhada" feita pela Justiça Federal para chegar àquele momento da instalação da nova vara federal. "A chegada da Justiça Federal aos laranjalenses constitui uma história de superação, como de superação o é, também, a história de Laranjal do Jari, cuja fundação, em 17 de dezembro de 1987, não deixou de ser precedida de muitos desafios e dificuldades".

Ele considera a instalação de uma vara federal em localidade de tão difícil acesso um feito "extraordinário e um presente para a população", além de ser o resgate de uma dívida com a comunidade da região. "Nesta data, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região resgata uma dívida com a comunidade laranjalense, dívida que vem do ano de 2010, quando estava prevista a instalação da vara, mas que não se fez possível, a despeito dos ingentes esforços empreendidos pela Corte, em face das insuperáveis dificuldades de ordem material que são conhecidas de todos", esclareceu.

Olindo Menezes também ressaltou na competência a nova vara, que será geral e de juizado especial federal adjunto cível e criminal, a de juizado cível, que, segundo ele, se





Desenlace da fita inaugural



constituirá na face de maior ressonância social da atuação da Justiça Federal na região. “É o acesso à justiça que se concretiza, a fim de que se tenha efetividade do preceito constitucional de que ‘a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

Também para o diretor do foro da seccional do Amapá, Anselmo Gonçalves, a instalação de uma subseção judiciária em Laranjal do Jari traduz bem a intenção do legislador de aproximar a Justiça Federal do jurisdicionado. “É certo que seja assim, pois o primeiro compromisso do Poder Judiciário é com a justiça, aliás, é a justiça a razão única da existência do Poder Judiciário, de sorte que o atendimento de toda a população é uma de suas metas”, afirmou.

Nesse sentido, Anselmo considera o processo de interiorização muito salutar, “sobretudo nessa região, que tem muitos ribeirinhos, onde nós temos uma população que precisa muito de assistência, sobretudo previdenciária”. Ele lembrou que o juizado itinerante esteve por diversas vezes em Laranjal “prestando atendimento a uma população que estava desassistida e que hoje vai poder contar com essa subseção judiciária para se socorrer, para poder fazer as suas postulações que não forem atendidas junto ao INSS e postular na Justiça Federal.”

Essa aproximação promovida pela instalação do novo órgão ganhou eco nas palavras do ministro Ari Pargendler, para quem a instalação da Vara de Laranjal do Jari é um marco para a Justiça Federal. “É um estado jovem, e se trata de uma vara localizada numa região carente; então, isso é importante para o estado do Amapá e também para a Justiça

Federal, que tem a política de aproximar a Justiça daquela população carente”, explicou o ministro.

O governador do Estado do Amapá, Camilo Capiberibe, também falou da importância da instalação da Justiça Federal no interior do estado, especialmente como fonte de desenvolvimento para a região. “Significa que a Justiça está chegando num dos pontos mais extremos do estado do Amapá e do Amazonas; são extremos isolados; e sua presença significa que as pessoas vão ter acesso a esse bem tão precioso, que é a resolução dos conflitos através da mediação da Justiça; então, essa instalação é fundamental para que a população se sinta pertencente ao estado brasileiro e tenha acesso aos serviços públicos; neste caso, à justiça.”

Homenagem – Durante a solenidade, o presidente da Câmara Municipal de Laranjal do Jari, vereador Walber Queiroga, homenageou as autoridades com a entrega do título de cidadão laranjalense como reconhecimento da população do município pelos relevantes serviços prestados pelos agraciados ao Poder Judiciário. Receberam o título o presidente do Tribunal, Olindo Menezes, o ministro Ari Pargendler, o conselheiro do CNJ, Tourinho Neto, o diretor do foro da Subseção Judiciária do Amapá, Anselmo Gonçalves, e o juiz federal titular da 2.ª Vara da seccional do Amapá, João Bosco.

Prestigiaram o evento, ainda, o juiz federal em auxílio à presidência, José Alexandre Franco, o diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos, o secretário-geral da Presidência, Joseny Marques Freire, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, e a secretária executiva da Cojef, Maria Regina Arbache. ■

MINAS GERAIS

Iniciado programa de educação direcionado a diretores de secretaria

Com o objetivo de propiciar a troca de boas práticas e promover a capacitação dos diretores, a Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (Unicorp), com o apoio da Seção Judiciária de Minas Gerais e da UniCorp-MG, promoveu o Programa de Educação Continuada de Diretor de Secretaria de Vara, nos dias 24 e 25 de outubro.

O juiz federal diretor do foro da SJMG, em exercício, João Batista Ribeiro, abriu o evento, seguido do juiz federal em auxílio à Presidência do TRF/ 1.ª Região, José Alexandre Franco, que exaltou a importância do diretor de secretaria e revelou que a meta do TRF é transformar esse programa em um curso de formação obrigatório.

Em seguida, a diretora da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Ruth Maria Vaz, esclareceu que o treinamento surgiu de uma demanda do presidente do Tribunal, Olindo Menezes, que, durante sua trajetória como corre-

gedor-regional, observou a necessidade de atualização e aperfeiçoamento do servidor que exerce o cargo de diretor de secretaria.

Comprovando a importância do evento, o diretor de secretaria Domingos Sávio Maciel Roessing, da Subseção Judiciária de Governador Valadares, ressaltou o valor da troca de experiências proporcionada pelo treinamento. Para o participante, os diretores puderam ter a noção do "todo", além de compartilhar soluções viáveis para problemas comuns.

A diretora da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh), Nádya Barbosa, disse que o programa apresentado ficaria no ambiente virtual durante 15 dias, para apreciação e sugestões dos diretores. Tais intervenções fundamentarão o formato final do programa, que passará a ser usado de modo continuado em fevereiro de 2012.



SECOS/AG

TOCANTIS

Justiça Federal de Araguaína efetiva acordos judiciais promovidos com desapropriados

A Justiça Federal de Araguaína efetivou, em 18 de outubro, acordos judiciais em 30 ações de desapropriação promovidas pelo consórcio responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE). Mais de 100 pessoas, reassentadas pelo Incra no Projeto de Assentamento Formosa, em Darcinópolis/TO, foram contempladas pelas indenizações, que, no total, resultaram no pagamento de quase R\$1.500,000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), importância injetada na economia tocantinense. Conforme explicou o juiz federal da Subseção de Araguaína, juiz federal Wilson Medeiros, para os acordos firmados em audiência, a Justiça tomou como parâmetros os valores indicados pelo perito judicial.

As famílias que fizeram acordos receberam os paga-

mentos em mãos, assegurados por cheques administrativos emitidos à vista pela expropriante. Para garantir a segurança dos contemplados, o magistrado determinou que os pagamentos fossem efetuados na sede da Justiça Federal de Araguaína.

O projeto de assentamento de Formosa está localizado em uma das áreas que serão alagadas com a formação do lago da UHE de Estreito. Segundo informações divulgadas pelo MPF, o projeto foi o único do Incra que não optou pela carta de crédito como compensação pelo impacto sofrido com a formação do lago. Uma vez recebido dinheiro da carta, o impactado automaticamente isenta o consórcio de futuras responsabilidades, e também perde o direito de ser cliente da reforma agrária e pleitear outro lote em local diferente.

MATO GROSSO

Curso promove a conscientização e sensibilização de servidores

No período de 10 a 19 de outubro, a Seção Judiciária de Mato Grosso realizou o curso de capacitação de gestores "5s". A iniciativa baseou-se no senso de organização da cultura japonesa e, por essa razão, foi inspirada nas palavras Seiri (senso de organização), Seiton (senso de arrumação), Seiso (senso de limpeza), Seiketsu (senso de padronização) e Shitsuke (senso de disciplina).

O objetivo foi sensibilizar e conscientizar os servidores da importância de manter um ambiente de trabalho agradável, seguro e produtivo permanentemente com foco nas estações de trabalho. Palestras, treinamento para os

multiplicadores do aprendizado, elaboração de planos de ação foram algumas das ações promovidas.

Segundo Otília Fernandes Alencastro, supervisora da Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Seder) de Mato Grosso, o evento teve 100% de aproveitamento. "A capacitação nos proporcionou aprendizado, organização além do relacionamento interpessoal", afirmou.

O curso teve total apoio da Diretoria do Foro, capacitou 52 servidores e deu continuidade às capacitações dos gestores, conforme versa a Lei 11.416.



GOIÁS

Jataí realiza primeiro mutirão judiciário em JEF adjunto

A Subseção Judiciária de Jataí, em Goiás, realizou, no período de 18 a 21 de outubro, o primeiro mutirão de audiências previdenciárias em juizado especial federal adjunto sob a coordenação do diretor do Foro, juiz federal Warney Paulo Nery Araujo.

A ação movida com a finalidade de realizar 120 audiências, todas de aposentadoria rural, realizou 30 por dia, alcançando 80% de acordos e a implantação imediata dos benefícios já no primeiro dia.

O evento contou com a colaboração da prefeitura do município, que, além de oferecer lanche para os jurisdicionados, disponibilizou uma assistente social, para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, e policiais militares, para garantir a segurança de todos.

O mutirão contou com a participação atuante da equipe do INSS, coordenada pelo procurador federal Mário Germano Borges Filho, que durante os dias de evento implantou benefícios que já haviam sido sentenciados antes do mutirão.



09/50635

RORAIMA

Campanha Odontológica Infantil 2011

No dia 28 de outubro, a Seção de Programas e Benefícios Sociais (Sebes) da seccional de Roraima realizou o evento de abertura da Campanha Odontológica Infantil 2011. As crianças participaram de uma programação divertida que incluiu recreação com pinturas e desenhos, sessão de filmes educativos, apresentação de teatro, sessão de escovódromo com orientação da odontóloga Galbanha, entrega de kits para higiene bucal, atendimentos no consultório odontológico e festival de picolé.



SINAIDA CASTRO

DISTRITO FEDERAL

Iniciado o Mutirão de Conciliação de Execuções Fiscais na SJDF

O I Mutirão de Conciliação de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Distrito Federal e do TRF da 1.ª Região foi aberto no dia 24 de outubro, no auditório da seccional do DF.

O desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador do Sistema de Conciliação (SistCon) da 1.ª Região, esteve presente ao evento, entre outras autoridades. Na ocasião, ele afirmou que a cultura conciliatória está prevista no preâmbulo da Constituição Federal e lembrou um pensamento do ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal: “a conciliação é a realização do constitucionalismo fraternal”.

Durante a solenidade de abertura, a diretora do foro, juíza federal Daniele Maranhão Costa, ressaltou que “é um momento importante, pois o mutirão proporciona à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere”.

A coordenadora do Núcleo de Apoio à Conciliação

da SJDF, juíza federal Gilda Maria Sigmaringa Seixas, destacou que o mutirão de audiências conciliatórias na área de execução fiscal “é um projeto de grande repercussão social, apresentado pela Procuradoria-Geral federal, com vistas à cobrança de dívidas não tributáveis referentes ao Ibama, Anatel, ANP e INMETRO”.

Em seu discurso, o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, disse que vem atuando com a ideia da conciliação, pois o crescimento de conflitos judiciais no Brasil está crescendo vertiginosamente. “Acredito que a conciliação possibilita ao Estado brasileiro a visão da não burocracia. Chegará o momento em que a conciliação será a prática, será a regra, e não a exceção”, afirmou o ministro.

Até o final do mutirão, no dia 27 de outubro, a ideia é que sejam realizadas 262 audiências (136 processuais e 126 pré-processuais, como parte do Programa de Redução de Demandas do CNJ).





“SOU ARTISTA”

▼ BRUNO BANDEIRA

O Espaço Cultural do TRF/ 1.ª Região recebeu, na semana da criança, os quadros do artista plástico Lúcio Piantino. A exposição “Sou Artista” aconteceu de 10 a 14 de outubro e abriu as comemorações em homenagem à criançada.

As obras de Lúcio chamam atenção pelo expressionismo e por caracterizar a personalidade sorridente do garoto que nasceu com síndrome de Down.

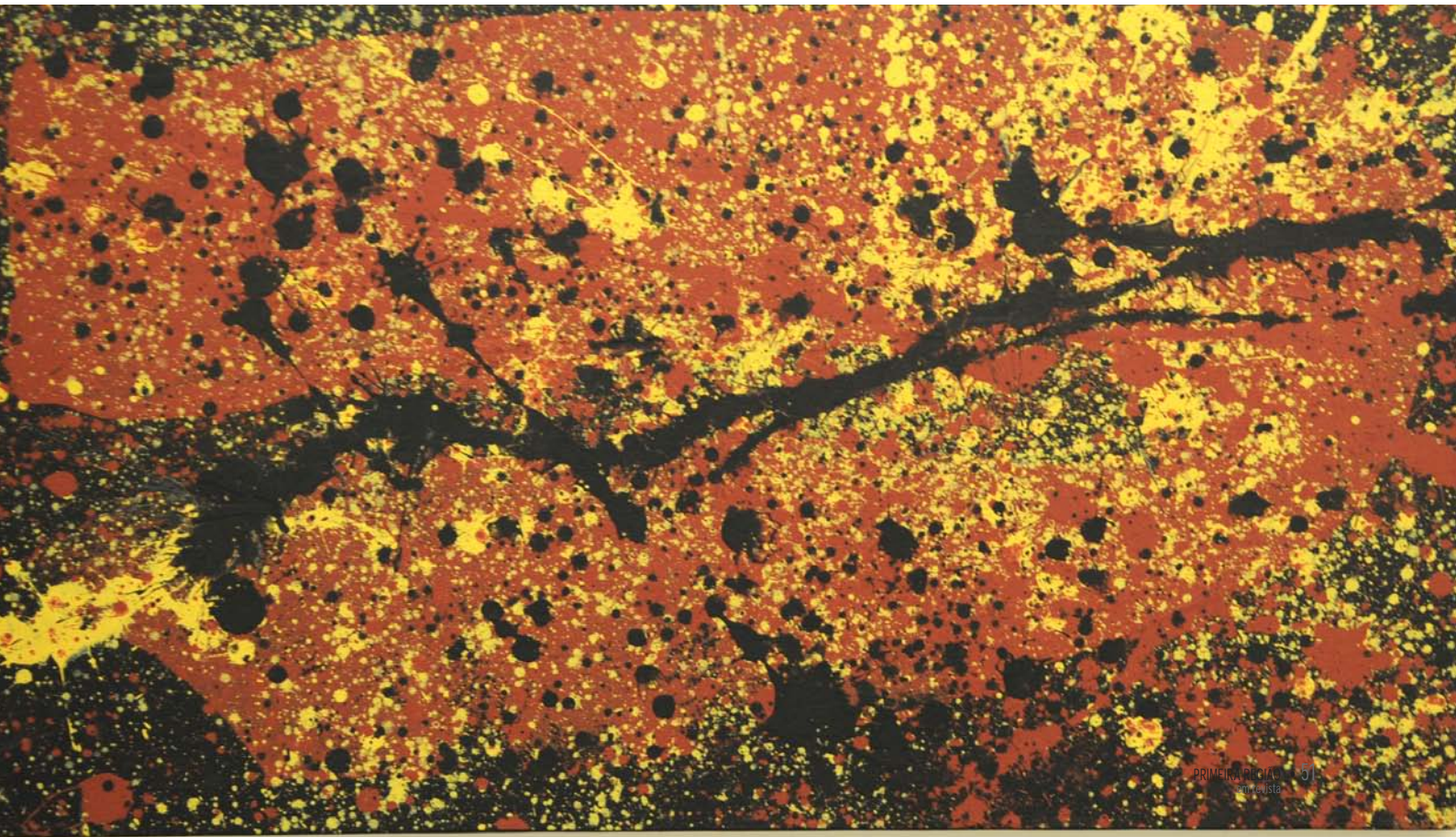
Lúcio não utiliza nenhuma técnica específica. Os quadros pintados em cores fortes e desenhos abstratos representam a dinâmica do jovem pintor de 15 anos. “São quadros oriundos da intuição e da criatividade dele; seu primeiro quadro foi pintado aos cinco anos, era um quadro grande de 1x1 [um metro por um]”, conta a mãe de Lúcio, Lurdes Danezy, que também é artista plástica.

A Secretaria do Estado de Cultura concedeu a Lúcio o certificado de habilitação dos artistas plásticos, qualificando-o como artista profissional, o que abre portas para a inclusão social de cidadãos como Lúcio e de tantos outros.

Essa já é a 2.ª edição da exposição “Sou Artista”. A primeira ocorreu no Museu da República um mês antes de vir para o Tribunal. “Lúcio é uma prova concreta de superação de adversidades, e de conquistas. Transmite-nos certezas de que estamos diante de um pintor que raciocina e realiza seu projeto de pintura, sempre com visíveis progressos”. Afirmou Wagner Barjas, diretor cultural do Museu da República. ■

Contato: Luciopiantino11@gmail.com







Princípios e Retorno do Pêndulo: crítica ao neoconstitucionalismo

Em meados da década de 90 surgiram no Brasil as primeiras obras a teorizar sobre a nova normatividade dos princípios constitucionais, até então indiferenciado das regras, e tratados como de pouco ou nenhuma operância prática na vida do Direito. Raramente se invocava um princípio como fundamento normativo de uma pretensão jurídica. Passados três lustros, chegamos ao lado oposto do problema. Se antes quase não havia princípios constitucionais na cena jurídica, hoje não há princípio que baste para justificar decisões judiciais ou administrativas muitas vezes dadas sem critério metódico de aplicação. Fizemos “prática” dos princípios, sem adequada teoria para compreendê-los e aplicá-los, ou melhor, sem adequada metódica de concretização constitucional como diria Gomes Canotilho.

Passamos da parcimônia à banalização em uma década e meia, sem o devido acompanhamento teórico, dogmático e normativo, ou melhor, insistimos, sem métodos aplicativos ou interpretativos adequados. Estamos vivendo num mundo que reclama justiça – a dada pelos princípios – e que está a esquecer a segurança jurídica – somente assegurada pelas regras. Esse fenômeno é destacado pelo “moralismo” crescente no Direito, ou seja, a tendência de, no ato aplicativo/interpretativo, sobrevalorizar os princípios em detrimento das regras; de sobrevalorizar análises morais do direito, com correção, muitas vezes, no ato aplicativo, daquilo que o intérprete entende como falha ou excesso do legislador ordinário ou mesmo do legislador constituinte.

Essa tendência tem procurado deslocar o protagonismo de produção do direito do Legislativo e do Executivo para o Judiciário; tem valorizado mais a justiça do caso concreto do que a justiça estabelecida pela norma legal, em termos gerais; tem acentuado o uso da ponderação de bens, especialmente entre princípios, toldando o valioso processo de subsunção mais próprio às regras e sua relação normativo; tem provido a aceitação de conexões entre o direito e a moral, para que a segunda seja critério de correção hermenêutica ou de validade do primeiro.

Essa tendência, no Direito Constitucional, tanto pelos seus defensores (Eduardo Ribeiro Moreira, Ecio Duarte e Susanna Pozzolo) quanto por seus críticos (Humberto Ávila, André Rufino, Daniel Sarmiento, Dimitri Dimoulis) tem sido chamada de neoconstitucionalismo.

Para Daniel Sarmiento seu pendor judicialista seria antidemocrático. A preferência por princípios e ponderação, em detrimento de regras e subsunção, seria perigosa, sobretudo em razão da peculiaridade de nossa cultura jurídica e política. Ela poderá gerar uma panconstitucionalização do direito em prejuízo da autonomia pública do cidadão e da autonomia privada do indivíduo. Isso retiraria o espaço do legislador, em detrimento da democracia. Isso constituiria excesso antidemocrático, e poderíamos chegar a um totalitarismo constitucional (Miguel Reale) mediado pelos juízes.

Essa ênfase excessiva no espaço judicial pode olvidar que outras arenas são importantes à concretização da

Constituição e realização dos Direitos Fundamentais. Isso obscurece o papel do Legislativo e do Executivo nesta tarefa. Precisamos cuidar para que a toga não assuma uma posição paternalista diante de uma sociedade infantilizada (Sarmiento). Como está a ocorrer com a justiça eleitoral e o moralismo contra os direitos políticos fundamentais, no tema “ficha limpa”: agride-se a vontade popular ao argumento de sua salvaguarda.

Por outro lado, esse movimento pressupõe a idealização da figura do juiz, e essa “idealização” não se compatibiliza com as notórias deficiências estruturais do Judiciário e da formação jurídica de seus membros; pois a valoração da ponderação e dos princípios não tem sido acompanhada do necessário cuidado com as justificações das decisões judiciais.

Passamos da água para o vinho na matéria e chegamos ao extremo indesejável. Mesmo quando desnecessário, os princípios da dignidade da pessoa humana e da razoabilidade são utilizados para menoscabar regras constitucionais ou regras legais. A dignidade é usada, muitas vezes, para dar pomposidade ao discurso e salientar o politicamente correto – e a razoabilidade, para que os juízes substituam livremente as valorações de outros agentes públicos pelas suas próprias.

Há um custo elevado para isso tudo, pela incerteza e insegurança que se gera ao se desprezar o papel das regras com a sobrevalorização desmedida dos princípios.

É preciso um retorno do pêndulo. Sem descartar

princípios e ponderação, é necessário resgatar regras e subsunção. O ônus argumentativo deve ser sério e bem fundado, quando a decisão for mediada por princípios. E esses devem ser estritamente necessários à decisão e para casos realmente difíceis.

No Brasil o neoconstitucionalismo é impulsionado por outro fenômeno social: descrença geral da população em relação à política majoritária, e, sobretudo, no descrédito do Poder Legislativo e dos partidos políticos, e na esperança crescente que se nutre no Judiciário.

Humberto Ávila afirma que as mudanças mais importantes preconizadas pelo neoconstitucionalismo não encontram suporte na ordem jurídica brasileira, pois a Constituição vigente seria antes regulatória, regrística, e, depois, principiológica. Para Ávila nada seria mais premente do que rever o movimento que se convencionou chamar de neoconstitucionalismo no Brasil. Defendê-lo seria uma contradição performática: se defenderia a primazia da Constituição, violando-a; haveria um “não-constitucionalismo”, um movimento barulhento que proclama a supervalorização da constituição, enquanto silenciosamente promoveria a sua desvalorização. ■

*Conferencista convidado da I Jornada de Ciências Sociais da Esmaf/1.ª Região. Mestre em Direito Público pela UFSC, professor de Direito Constitucional da ESMESC e advogado militante nos tribunais superiores.



POR aí



Nos desafios da Transamazônica

“QUANTO PIOR, MELHOR”. AS PALAVRAS RESUMEM OU EXPLICAM PORQUE NOSSO GRUPO DE OFF ROAD, CHAPÉU DE PALHA, COM 15 AVENTUREIROS E SETE CARROS 4X4, ESCOLHEU A ÉPOCA DAS CHUVAS PARA PERCORRER A BR 230 – RODOVIA TRANSAMAZÔNICA ABANDONADA NO MEIO DA FLORESTA. HÁ MUITO QUERÍAMOS “RADICALIZAR” PERCORRENDO ESSA ESTRADA QUE NASCE NO PORTO DE CABELO, NO ESTADO DA PARAÍBA, E CORTA O NOSSO BRASIL DE LESTE A OESTE. CONVIDO VOCÊ A VIR COMIGO, EM MAIS ESSA AVENTURA!

▼ EUVALDO SOARES DE PINHO*

Foram trinta e um dias de viagem entre belezas e obstáculos enfrentados até chegarmos ao ponto máximo da construção da Transamazônica, na cidade de Lábrea, no estado do Amazonas. A época era das águas, e é simplesmente impossível, a quem necessita daquela rodovia para sobreviver, trafegá-la durante esse período.

Pontes precárias e crateras intransponíveis nos fizeram criar trajetórias fora da estrada, mas as dificuldades começaram com o deslocamento de Salvador em direção ao Estado do Tocantins, passando próximo ao deserto do Jalapão, quando começamos a utilizar as balsas para transpor os rios e nos aproximarmos da exuberante BR 230. Navegamos em quase uma centena de balsas, desde as mais precárias, em que mal cabia um de nossos veículos, até outras imensas, que transportam 50 carretas por vez.

Percorremos todo o Estado do Tocantins até acessarmos a tão famosa rodovia Transamazônica. Por ela seguimos dias a fio, constatando o desmatamento e as queimadas, com o devido cuidado de não sermos lançados para fora da estrada pela sua péssima condição. Nas pequenas vilas encontramos veículos feitos “a facão”. Explico: talvez pela dificuldade de conseguir peças de reposição e dinheiro para manutenção, os carros sofreram adaptações com peças de





madeira e, graças a isso, continuam rodando. Verdadeiras obras-primas!

Em determinados momentos, os trechos abandonados transformam a rodovia em uma trilha no meio do mato, da lama ou das águas dos rios e das chuvas. Mas para o nosso espírito aventureiro, a “brincadeira” começou quando na saída da cidade de Novo Repartimento, no Pará, nos informaram que a estrada estava bloqueada pela quantidade de lama e caminhões tombados. Se isso era motivo para nós, sedentos de aventura?

É claro que seguimos adiante contrariando os “conselhos” de pernoite na cidade. Há uns três quilômetros da cidade encontramos uma fila enorme de veículos parados, dois caminhões tombados e vários tratores pesados tentando administrar o problema. Era muita lama. Quais eram as nossas chances de seguir adiante? Poucas. Arriscadamente e com toda a experiência de trabalho em equipe, conduzimos nossos carros pelo mato e pela lama paralelos à fila por aproximadamente seis horas, das quatro da tarde até as 10 da noite, com a ajuda de correntes nos pneus. O cansaço e o esgotamento foram suficientes para, mais adiante, pernoitarmos num hotel na beira de um rio, com diária de R\$10,00 por pessoa, o pior dos já encontrados. Mas com o





pouco de bom senso ainda existente, forramos a cama e dormimos com a roupa enlameada. Foi a opção mais acertada e segura naquele momento.

Em nossa aventura, passamos por vários momentos difíceis. Um deles foi quando tivemos que atravessar um veículo por vez em balsas em que mal cabia um carro. O que era para nós apenas uma experiência, para outras pessoas era a razão da sobrevivência. Isso ficou muito claro quando por várias vezes encontramos crianças trabalhando no manuseio de balsas. Em uma delas a exploração era feita por uma senhora com suas filhas, numa demonstração da garra feminina para garantir o sustento familiar sem se preocupar com a hora, seja noite ou dia, madrugada ou não.

Durante o percurso conhecemos a aldeia dos tenharins, onde confraternizamos com o cacique João Bosco, que me presenteou com o seu cocar. Em Humaitá, decidimos seguir em frente até o fim da BR 230, na cidade de Lábrea, localizada a aproximadamente 200 km de distância. A decisão nos levou dois dias de ida e mais dois de volta. Naquele trecho da estrada encontramos companheiros de *off road* de outros estados, e dormimos encalhados na lama, das cinco as sete horas da manhã. Maldita decisão!

O esgotamento já era absurdo, mas finalmente avistamos o balneário “Chico da Tirana”, e vencemos a travessia chegando à cidade de Lábrea, fim de linha da Transamazônica. O espírito aventureiro tem dessas coisas: chegar para poder voltar.

E foi o que fizemos a caminho de nossa saudosa Bahia. Encerro essa aventura agradecendo o “espírito de equipe” constatado em meus companheiros e no meu filho Angelo. ■

*Eivaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Fotos e legendas do autor





COM

Celebração: Dia do servidor público

As palavras “celebrar” e “comemorar” têm significado parecido, com uma sutileza que faz toda a diferença. “Comemorar” é lembrar em grupo, e “celebrar” está mais ligado a agradecer, honrar, exaltar algo, ou ideia. Celebrar sozinho pode ser um pensamento e até uma oração! Celebrar em grupo pode ser um culto, uma missa, uma festa, uma comemoração de uma data específica. Viu como as duas se aproximam?

Podemos celebrar tudo o que há de bom nas nossas vidas. Esse é um hábito antigo e era muito mais praticado quando não existia televisão, internet e outras tecnologias.

Em tempos remotos as comunidades celebravam seus deuses representados pelo sol, pela lua, pelo trovão... Celebravam datas importantes como as do solstício e do equinócio, a marcação das estações do ano, a chegada da chuva – determinante para as colheitas e sagrada para a sobrevivência.

Tribos indígenas celebram também vitórias, marcos e deuses, juntando-se, dançando em volta do fogo, como tantas comunidades no mundo. As celebrações objetivam demonstrar devoção e gratidão aos deuses pelas bênçãos, pela colheita, pela abundância...

Comunidades pesqueiras, ao final das tardes, cantavam

e dançavam na praia para receber os pescadores. Eles celebravam o retorno em conjunto. Agradeciam a boa pesca – garantia da subsistência. Faziam festa, com muita interação entre pessoas de todas as idades!

A cultura ocidental, especificamente a nossa, dos brasileiros, tem muitas datas comemorativas; algumas são feriados, mas qual delas nós celebramos? Arrisco a dizer que temos pouco hábito de celebrar. Se, ao pensar em datas comemorativas, lembramos aniversários, dia dos namorados, dia das mães, dia das crianças, e veio a ideia de presentear, é porque as datas tornaram-se comerciais. E até mesmo o Natal, que já foi uma data religiosa, momento para reunir a família e celebrar o nascimento de Jesus, tornou-se o ápice de aquecimento do mercado.

Não há nada de errado em criar um motivo para presentear. Mas com que intensidade e profundidade celebramos as nossas datas comemorativas?

Se dedicamos um dia à celebração, é porque existe algo a ser lembrado, fatos e pessoas importantes, feitos culturais, datas nacionais marcantes. Nos dias santificados, não se trabalha, pois as pessoas deveriam dedicar-se à oração, recolher-se. Contudo sabemos que os dias sem trabalho são utilizados para descansar. Muitos não sabem nem para que serve o dia de finados, por exemplo!

comportamento comportamento comportamento portamento

No dia 28 de outubro, comemora-se o Dia do SERVIDOR PÚBLICO? Quero fazer um exercício de celebrar este dia. Vamos? Além de ter o dia de descanso, é bom lembrar em conjunto o que a condição de ser servidor tem de bom.

Segurança no cargo, uma conquista que tem muito mérito, pois passar em um concurso público é difícil! E cada vez mais concorrido.

Os servidores têm direito à estabilidade – pergunte a quem trabalha na iniciativa privada o quanto isso é desejável. Traz segurança, tranquilidade.

Em todas as organizações públicas, cada vez mais, os servidores estão sendo capacitados não somente em questões técnicas e administrativas, mas também em questões de interesse do servidor, como relacionamentos, liderança, qualidade de vida, preparação para o período de aposentadoria, entre outros.

Existem carreiras estruturadas e outras em vias de estruturação, lembrando que isso significa algumas garantias para aposentadoria.

Existe também horário flexível ou horário reduzido em alguns locais.

Se o servidor não está adaptado a alguma área, ele pode pedir remoção para outra. Se existe um atrito com um colega ou chefe, existem possibilidades para discutir isso.

E na iniciativa privada a solução é demissão.

É claro que estou colocando o foco no que existe de bom em trabalhar na administração pública, e não tenho a pretensão de ocultar que existe muito trabalho, problemas, disfunção dentro da organização, e tantas coisas que não deveriam acontecer... sim, eu sei! Mas sei também que é por meio dos problemas que provamos a nós mesmos, em primeiro lugar, que somos bons, virtuosos, honestos, e comprovamos que somos capazes de produzir uma boa vida para nós e para quem amamos, além de servir ao público.

E com muita consciência sobre o lado positivo e também das questões que precisam ser desenvolvidas, quero C E L E B R A R, nestas linhas, a escolha daqueles que direcionaram a vida para servir ao público, agradecer e pedir saúde para todos, que exista direcionamento para se fazer grandes coisas e melhorar o país no qual queremos viver! E, se estivéssemos juntos neste dia de comemoração, poderíamos celebrar, começando com uma oração, e depois poderíamos conversar, rir, dançar, comer e beber com moderação! Parabéns, Servidor Público! ■

*Professora da Escola Nacional de Administração Pública e consultora organizacional

A INTERIORIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL: A ESTRATÉGIA REFLETIDA NA VIDA DO CIDADÃO!

▼ POR MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR) E LÚCIA BEATRIZ SÁ DANTAS (CENAG)

O Brasil tem dimensões continentais, variedades culturais e geográficas, diferentes anseios e necessidades em suas populações. Aliado a todos esses quesitos, há, ainda, um passivo imenso de resgate de cidadania.

A Justiça Federal tem papel fundamental no resgate social de uma expressiva parcela do povo brasileiro, notadamente no que se refere aos benefícios gerados e disseminados após a concessão dos direitos previdenciários, entre outros. Nesse aspecto, o processo de interiorização iniciado em 2003 e reforçado em 2009 tem impacto expressivo nas economias dos municípios em que se criam novas sedes, as chamadas subseções judiciárias.

Após uma fase de grande interiorização ocorrida na 1.ª Região entre 2003 e 2006, quando saltamos de 135 para 194 varas, nova fase foi iniciada com a edição da Lei 12.011/2009, pela qual passaremos a contar com 288 varas até 2014, quando se encerrará o período de implantação gradativa previsto. Isso representa um aumento de 48,45% em número de unidades da Justiça Federal, cujos reflexos podem ser projetados a partir dos resultados da primeira grande fase de interiorização: até 2011, houve um crescimento de 1.812,05% em volume de recursos aplicados no pagamento de requisições de pequeno valor (RPVs), segundo dados da área de execução judicial do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Há três tipos de implantação de novas varas federais: nas capitais integrantes da 1.ª Região, nas cidades do interior

onde já existem varas instaladas e nas localidades que ainda não contam com os serviços da Justiça Federal. Este último exemplo abrange inúmeros desafios, como a instalação de varas em municípios isolados e de difícil acesso, a exemplo de Laranjal do Jari e Oiapoque, no Estado do Amapá, Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e Juína, no Estado de Mato Grosso, entre tantos outros.

Para iniciar, é necessário o mapeamento dos imóveis na localidade onde será instalada a nova unidade. Muitas vezes, não há imóveis com metragem ideal para que se tenha o mínimo de estrutura e espaço para abrigar as áreas judiciais e administrativas, salas de julgamento, gabinetes de juízes etc. Em muitas ocasiões, faz-se necessária a ajuda dos governos locais e organizações públicas na cessão de imóveis públicos ou assinatura de convênio para viabilizar a escolha e, até mesmo, no processo de reforma. Na sequência, após o árduo trabalho de definição do imóvel, parte-se para o estudo da viabilidade orçamentária, observada a restrição do aporte de recursos que é definido anualmente pelo Conselho de Justiça Federal.

Os valores, via de regra, são insuficientes para a realização de toda a infraestrutura necessária e, neste particular, cabe ressaltar o importante papel da área orçamentária do TRF/ 1.ª Região, ao analisar detidamente todas as solicitações, adequando-as à realidade do cenário orçamentário de escassez vivenciado nos últimos tempos. Um verdadeiro malabarismo é necessário, e as parcerias estratégicas têm



sua função acentuada na consecução das inúmeras providências requeridas para a inauguração.

Atualmente, há uma comissão formada por servidores do TRF/ 1.ª Região, representantes de algumas áreas do Tribunal: de orçamento, estratégia, informática, administração e recursos humanos, objetivando as ações preliminares para as instalações das novas varas. No ano de 2011, foram realizadas pelo grupo visitas técnicas preliminares para vistoria e acompanhamento dos serviços de reforma e adaptação das instalações, o que muito beneficiou os trabalhos, apesar de que ainda existem inúmeros problemas, não obstante todos os cuidados. São realizadas reuniões periódicas de avaliação, acompanhamento em monitoramento das ações, das visitas e das inaugurações efetivadas.

Após a inauguração e o efetivo início da prestação jurisdicional na localidade que ganhou a Unidade da Justiça Federal, é visualizada a compensação de todo o esforço empreendido.

Arrisca-se afirmar que poucas organizações públicas conseguem aproximar tanto sua prestação de serviços do cidadão quanto a Justiça Federal. Ao se inaugurar uma unidade, além da ampliação do acesso ao Poder Judiciário local, somam-se o progresso, novas oportunidades de trabalho e a injeção de recursos na economia local, resultados dos benefícios concedidos após as lides da população com a Previdência Social e outras demandas de caráter assistencial.

Assim, o direito de acesso à Justiça, garantido constitucionalmente de forma distinta, mas não tão efetivamente na prática, passa a ter nova dimensão em nossa Região, a Primeira, que representa mais de 80% do território nacional, alcançando quatro das cinco regiões geográficas do Brasil, entre elas algumas das mais inóspitas e carentes, onde alguns estados registram os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Sem a interiorização, muitas vezes o cidadão desistia de buscar seus direitos, já que eram necessários deslocamentos longos, que muito lhe custavam ao se dirigir às sedes das unidades da Justiça Federal.

Não obstante a carência do número de varas não ser suprida em sua totalidade nessa fase, segundo dados divulgados pelo Conselho da Justiça Federal, a ampliação e a interiorização são necessárias. Se permanecerem constantes o crescimento populacional e o da demanda judicial, entre outros fatores, ainda levaremos algum tempo até alcançarmos a prestação jurisdicional de forma ideal, mas os avanços já são palpáveis. O reflexo da atuação da Justiça Federal é visível e abrangente.

Verifica-se, assim, o cumprimento da estratégia adotada pela Justiça Federal, notadamente em relação ao objetivo estratégico n.º 6, constante do Mapa Estratégico, onde temos a meta de melhoria e ampliação do acesso à Justiça por parte do cidadão jurisdicionado.

Parodiando o provérbio popular: a Justiça deve ir onde o povo está. ■



IMAGENS: INTERNET

Jogos eletrônicos, os grandes vilões

NÃO SABER CONTROLAR O LAZER PODE TRAZER CONSEQUÊNCIAS GRAVES

▼ PAULA ODA/IM

Carrinhos, robôs, bonecas, jogos de tabuleiro e tantos outros fazem parte da geração de brinquedos aparentemente desinteressantes para a maioria das crianças, já que são elas que elegem os brinquedos eletrônicos quando o assunto é diversão. Uma prova disso é o aumento de 9% nas vendas que os eletrônicos tiveram no dia das crianças de 2010, ocupando, assim, o segundo lugar em vendas no Brasil, que no ano de 2009 era ocupado pelos artigos de vestuário, segundo pesquisa da Associação Comercial e Industrial do Estado de São Paulo.

O país também cresceu em número de jogadores de videogame, entrando pela primeira vez na lista feita pela empresa de estudos voltados para jogos digitais, Zewzoo. Na pesquisa divulgada em maio de 2011, o Brasil ocupa a quarta posição, com 35 milhões de usuários, perdendo para Alemanha, com 36 milhões, Rússia com 38 milhões e Estados Unidos com 145 milhões. Na pesquisa também foi revelado que os brasileiros gastam em média 10.7 horas por semana jogando, média que só é superada pelo uso de internet, que chega a 11.3 horas semanais.

Tantas horas dedicadas aos jogos eletrônicos podem gerar várias consequências, entre elas o vício, de acordo com o psiquiatra responsável pelo Ambulatório de De-

pendências Não Químicas do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Aderbal de Castro Vieira Junior: "O rol de dependências não químicas devidamente caracterizadas já inclui o videogame, que passa a se situar ao lado de vícios comportamentais clássicos, como baralho, sexo e compras. Jogar videogame de modo desregrado, seja pelo aparelho de televisão ou pela internet, pode levar o indivíduo ao completo isolamento social e até a algumas doenças."

E nos dias de hoje é cada vez mais comum casos que exemplificam o malefício dos jogos, até mesmo pelas notícias divulgadas pela imprensa, como o episódio do jovem inglês, Chris Staniforth, de 20 anos. O rapaz, que era viciado em games, jogava cerca de 12 horas diariamente, segundo o pai, deixando até mesmo de fazer atividades básicas, como dormir e comer. Ele sofreu uma trombose venosa profunda, doença ocasionada pela coagulação do sangue, quando estava jogando com um amigo. Staniforth reclamou de dores no peito, desmaiou, acordou e disse que estava bem, desmaiou novamente, acordou, foi pegar chicletes, caiu e começou a ter espasmos, de acordo com o amigo, que chamou a ambulância, mas não conseguiu salvá-lo.

Mas como saber se a criança ou o adolescente está



passando dos limites? Para Vieira Junior, em primeiro lugar é fundamental a observação dos pais ao comportamento dos filhos. Se, por exemplo, o videogame estiver tomando espaços antes ocupados por outras atividades, é a hora de procurar ajuda de um especialista. “Se os pais chegarem ao ponto de ter de desligar o aparelho de TV ou o computador à força, é porque algo já deu errado lá atrás, algo que não deveria ter acontecido, aconteceu”, alerta.

Para que as consequências não sejam piores no futuro, é preciso atenção, já que o psiquiatra garante não existir um fator específico que determine a dependência, uma resposta objetiva que muitas vezes os responsáveis procuram. “A pessoa não acorda dependente, mas vai sendo levada ao vício por uma série de caminhos e razões”, explica Vieira Junior.

Porém, se o especialista fosse recomendar atitudes para os responsáveis de crianças e adolescentes, ele diria: “As famílias não devem esquecer do convívio, do relacionamento, deixando as atividades do dia a dia passarem por cima da criação dos filhos. É fundamental também que os pais imponham limites para o videogame, estimulando que as crianças tenham outro lazer com os amigos.”

A substituição de atividades é sinal de que a dependên-

cia está instalada. Segundo o médico, toda dependência tem como característica a sensação subjetiva de diminuição ou perda do controle, do poder de escolha. “Nos casos típicos, o jogo penetra num vazio que a pessoa já tinha, como pouca atividade social ou alguma dificuldade de relacionamento. Com o tempo, ela vai abandonando atividades como estudar, dormir e, em casos extremos, alimentar-se”, afirma ele.

Nesse caso o tratamento é de extrema importância. “Torna-se indispensável um processo de psicoterapia que ajude essa pessoa a compreender de que forma seu comportamento foi adquirindo tais características. A partir do momento em que se compreende o que está acontecendo, capacita-se a fazer mudanças”, garante.

O número de pessoas que sofrem com esse problema ainda não é conhecido pela falta de pesquisas, mas o psiquiatra afirma que, na maioria das vezes, o dependente de videogame é adolescente e do sexo masculino, relata Vieira Junior, sendo que a própria publicidade dos jogos é direcionada a esse público. “Se fizéssemos um levantamento ano a ano, meu palpite é que a média de idade dos dependentes de videogame viria caindo, porque as novas gerações acostumam-se cada vez mais cedo com a internet

e os jogos eletrônicos”, acredita o médico.

Os problemas que podem ser ocasionados pelos jogos eletrônicos não são só psicológicos, mas também podem ser ortopédicos, por conta principalmente de postura errada, atividade excessiva das mãos e sedentarismo, afirma o médico ortopedista, mestre e doutor pela Universidade Federal de São Paulo, Luiz Carlos Angelini. Ainda segundo ele, os danos aos ossos não são tão valorizados pelas crianças e adolescentes porque as consequências mais graves só aparecem após anos, normalmente na fase adulta.

Porém, de acordo com Angelini, a situação está tão grave, que danos como a Lesão do Esforço Repetitivo, mais conhecido como LER, que há anos era raro encontrar em crianças, hoje já é um caso frequente por conta da

atividade repetitiva.

Para que as lesões não apareçam, o doutor orienta: “Sempre que for jogar, procurar apoio para os braços e cotovelos, fazer intervalos para alongar também previne lesões”, ensina o ortopedista que ao ser questionado sobre a melhor idade para dar um videogame a uma criança, aconselha retardar o máximo possível, mas a partir dos sete anos pode ser uma boa idade para o começo por conta do desenvolvimento da criança.

Porém o especialista salienta que a ação de jogar videogame, de forma saudável, sem excessos, não é prejudicial à saúde e pode até ser uma diversão e até desenvolver a criatividade. “Pode-se até jogar durante um tempo longo, num sábado à tarde, por exemplo, para depois, à noite, sair com os amigos.” ■





MORRE O FUNDADOR DA APPLE

Steve Jobs, o fundador da Apple, morreu no dia 5 de outubro, vítima de um câncer no pâncreas. Ele foi considerado um dos mais notáveis gênios da tecnologia. Foi o responsável por equipamentos que mudaram o mundo, como o Macintosh, o iPod, o iPhone e o iPad. O executivo sofreu, por anos, de uma forma rara de câncer pancreático e passou por um transplante de fígado. Tim Cook será seu substituto na presidência da Apple.

O Estado de São Paulo
06/outubro/2011

MULHERES DA LIBÉRIA E DO LÊMEN DIVIDEM NOBEL DA PAZ EM 2011

Entre a primeira edição, em 1901, e a penúltima, o Prêmio Nobel da Paz já tinha sido entregue a 121 pessoas e organizações. Apenas doze dos ganhadores eram mulheres. O número subiu para 15 com o anúncio do trio de ganhadoras da edição 2011. A presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, a militante pela paz Leymah Gbowee, também liberiana, e a ativista Tawakkul Karman, que se destacou na onda de manifestações da Primavera Árabe no Lêmen, foram escolhidas pelo comitê norueguês do Nobel. As três foram premiadas "pela luta pacífica pela segurança das mulheres e pelo direito de participar nos processos de paz."

Veja.abril.com.br
21/outubro/2011

MORTE DE KADAFI

A violenta morte de Muamar Kadafi, após ser ferido e capturado em um duto pluvial por rebeldes, durante sua fuga, encerrou uma era de 42 anos de ditadura na Líbia. Imagens do ditador vivo e sangrando, sendo levado por rebeldes, correram o mundo e alimentaram especulações sobre sua execução. Aos 69 anos, Kadafi, que se intitulava (o rei dos reis da África), morreu sem julgamento, na mais sangrenta das revoltas da chamada Primavera Árabe.

Globo.com.br
21/outubro/2011

DILMA SANCIONA AVISO-PRÉVIO DE ATÉ 90 DIAS

A presidente Dilma sancionou a lei que concede aviso-prévio de até 90 dias, direito proporcional ao tempo de trabalho. Atualmente, os trabalhadores têm direito a 30 dias. A nova lei determina que seja mantido o prazo atual de 30 dias de aviso prévio, com o acréscimo de três dias por ano trabalhado, até o limite de 90 dias. A regra vale tanto para o empregado demitido quanto para aquele que pedir demissão. O texto da lei diz que a medida não é retroativa, entrando em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Sindicatos afirmaram que a regra desestimulará demissões e reduzirá a rotatividade dos trabalhadores em uma empresa.

Folha de S. Paulo
11/outubro/2011

EMBRAPA

O Brasil deverá inaugurar em 2012 um dos maiores bancos genéticos do mundo, para o estoque de sementes e variedades de alimentos. A iniciativa é da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que investirá 10 milhões para multiplicar por quatro a atual instituição. Hoje a Embrapa armazena 200 mil espécies de plantas, sementes e informações. É uma proteção para o futuro, pois os recursos genéticos podem ficar até 100 anos estocados dessa forma.

Estado de São Paulo
14/outubro/2011

PASSEATA CONTRA A CORRUPÇÃO

A Marcha contra a Corrupção voltou às ruas, no feriado do dia 12 outubro, com faixas e cartazes contra políticos e pedidos em favor da Ficha Limpa. Só em Brasília, a Polícia Militar calculou em 20 mil pessoas a estimativa de participantes, que percorreram a Esplanada dos Ministérios, entre o Museu da República e o Ministério do Exército. Os três pontos principais do movimento foram: a regulamentação da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal, a aprovação do projeto de lei que estabelece o voto aberto dos parlamentares no Congresso e a preservação dos poderes do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Judiciário.

O Globo
13/outubro/2011





FALANDO DE APOSENTADORIA

Já ouvi afirmativas de que a totalidade das pessoas passa a maior parte de suas vidas entre o estudo e o trabalho. A soma dessas atividades resulta na chamada vida laboriosa, produtiva ou, ainda, vida ativa. Não concordo com essas afirmativas, pois restringem o que as pessoas podem produzir somente à fase em que se dedicam ao trabalho formal, quando se submetem a horários rígidos, deslocamentos entre casa e trabalho e vice-versa, engarrafamentos, ônibus e metrô superlotados e outras coisas tão comuns em nossas vidas.

Eu sou do tempo em que se começava a trabalhar ainda criança. Foi o meu caso. Não era comum, pelo menos para a maioria da população, aquela de poucos recursos financeiros na qual eu me incluía, iniciar-se no trabalho somente após o término dos estudos. E não se falava em aposentadoria. Naturalmente que havia a previsão legal para esse benefício. Mas era raro alguém utilizá-lo. As pessoas não cultivavam o sonho de alcançar o que, segundo considero, é a melhor fase da vida adulta. Principalmente porque poucos empregos eram formais.

Nos tempos atuais, quando a aposentadoria deveria ser o ponto alto da vida de todo trabalhador, existem pessoas que evitam utilizar essa conquista, postergando-a talvez por terem dúvidas, temerem a nova situação que se apresenta. Talvez por temerem ser taxadas de pessoas sem objetivos, das quais nada se pode esperar, que nada produzem. Não é essa a minha realidade. Sou aposentado há alguns anos e, desde então, tenho sido produtivo da mesma forma de sempre. E tenho a sensação de que a minha vida mudou para melhor. É que eu planejei a minha aposentadoria com alguma antecedência. Por quanto tempo? Não acredito que exista uma regra, uma receita pronta. Para mim foi de

apenas alguns meses, talvez porque eu sempre soube o que queria.

No meu caso, que deve ser o de muita gente, me vi compelido a realizar algumas tarefas que não me agradavam plenamente. Ao longo da vida exerci atividades variadas, transitei por muitos caminhos que para mim eram áridos, premido pelas necessidades de sobrevivência, cuidar da família e todos esses encargos comuns a toda gente. Ficaram mal resolvidas atividades tais como: reler com calma os livros favoritos, rever aqueles filmes inesquecíveis, viajar para assistir a uma peça teatral sem se preocupar com o trabalho na segunda-feira.

Viajar quando ninguém pensaria em fazê-lo por não ser época de férias: não sendo alta temporada, os hotéis estão quase desertos, garçons com tempo para serem solícitos. E poder usufruir daquela estância hidromineral sem pressa, no ritmo da natureza. Estação de águas é programa antigo, eu sei. Mas eu considero delicioso. Demorar dias traduzindo antigas canções de Elvis Presley, Edite Piaff, Billie Holliday e ouvir jazz com calma, sem pressa. Deliciar-se com atividades sempre adiadas: pintura, artesanato, esportes e uma gama de atividades boas para o corpo e para a mente.

Se nos é dado usufruir de todas essas vantagens, qual o motivo de evitá-las? Vamos usar esta nova etapa da vida para continuar sendo útil a nós mesmos e à sociedade, e sendo tão produtivo como sempre. E ter sempre viva na memória que a aposentadoria não é o fim de nada; pelo contrário, é o início de uma nova vida. Que seja a melhor fase de todas! ■

*Servidor aposentado da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG



CONCILIAR É A FORMA MAIS RÁPIDA DE RESOLVER CONFLITOS

**SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO
DE 28 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 2011**

O Poder Judiciário realizará mutirão de audiências para incentivar acordos e tornar a justiça mais ágil.

INFORME-SE. Um bom acordo pode antecipar a solução de seu caso.



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br